**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,**

**SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E**

**INTEGRAÇÃO**

**Caminhos para o Desarmamento Nuclear**

**Daniel de Rocco Fajardo Campos**

Foz do Iguaçu

2021

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,**

**SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E**

**INTEGRAÇÃO**

**Caminhos para o Desarmamento Nuclear**

**Daniel de Rocco Fajardo Campos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira

Foz do Iguaçu

2021

# **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar que o desarmamento nuclear está em constante construção, dessa forma respondendo o questionamento de que se existe um caminho único para o desarmamento nuclear. Para isso, o trabalho é divido em três capítulos, o primeiro com foco na explicação do que são as armas nucleares, como elas são produzidas, quais os riscos apresentados por elas e como a mitigação de riscos dos países que possuem armas nucleares afetam o resto do mundo. O segundo capítulo é uma análise de alguns tratados multilaterais, 2 casos da Corte Internacional de Justiça que trazem armas nucleares como objeto de discussão e o voto dissidente do juiz Antonio Augusto Cançado Trindade. O terceiro e último capítulo é uma demonstração de algumas vertentes de atuação das quais merecem ser ressaltadas que colaboram para o desarmamento nuclear. A metodologia adotada é a hipotético-dedutiva e a abordagem ao longo do texto é a qualitativa, priorizando as referências bibliográficas e análise de tratados internacionais.

**Palavras-chave:** Desarmamento Nuclear; Tratados Internacionais; Armas Nucleares.

**RESUMEN**

El presente trabajo tiene como objetivo demostrar que el desarme nuclear está en constante construcción, respondiendo así a la pregunta de que si existe un único camino hacia el desarme nuclear. Para eso, el trabajo se divide en tres capítulos, el primero se centra en explicar qué son las armas nucleares, cómo se producen, cuáles son los riesgos que representan y cómo la mitigación de riesgos de los países que poseen armas nucleares afecta al resto del mundo. El segundo capítulo es un análisis de algunas fuentes de derecho internacional público, 2 casos de la Corte Internacional de Justicia que traen las armas nucleares como objeto de discusión y el voto disidente del juez Antonio Augusto Cançado Trindade. El tercer y último capítulo es una demostración de algunas líneas de acción que merecen ser destacadas y que contribuyen al desarme nuclear. La metodología adoptada es la hipotético-deductiva y el enfoque a lo largo del texto es cualitativo, priorizando referencias bibliográficas y análisis de tratados internacionales.

**Palabras clave**: Desarme Nuclear; Tratados Internacionales; Armas nucleares.

**ABSTRACT**

The present research aims to demonstrate that nuclear disarmament is under constant construction, thus answering the question whether there is a single path to nuclear disarmament. For this, the work is divided into three chapters, the first focusing on explaining what nuclear weapons are, how they are produced, what the risks they pose and how the risk mitigation of countries that have nuclear weapons affect the rest of the world. The second chapter is an analysis of some multilateral treaties, 2 cases of the International Court of Justice that bring nuclear weapons as the object of discussion and the dissenting vote of Judge Antonio Augusto Cançado Trindade. The third and last chapter is a demonstration of some lines of action which deserve to be highlighted that contribute to nuclear disarmament. The methodology adopted is hypothetical-deductive and the approach throughout the text is qualitative, prioritizing bibliographical references and analysis of international treaties

**Keywords**: Nuclear Disarmament; International Treaties; Nuclear weapons.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

[**Figura 1** - "Os Custos das Armas Nucleares" 26](#_Toc81068653)

[**Tabela 1** - Dados em bilhões de dólares dos gastos anuais com a manutenção do Arsenal Nuclear por país 22](#_Toc77080447)

[**Tabela 2** - “Forças nucleares do mundo, janeiro de 2020” 24](#_Toc77080448)

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

ICAN – International Campaign to Abolish Nuclear Weapons

IPB – International Peace Bureau

NWS – Nuclear Weapons States (Estados Nuclearmente Armados)

ODM – Objetivos do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

PNND – Parliamentarians for Nuclear Non-Proliferation and Disarmament

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

TPAN – Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares

WFC – World Future Council

SUMÁRIO

[INTRODUÇÃO 10](#_Toc78375208)

[CAPÍTULO 1 –ARMAS NUCLEARES: PERIGOS CONTÍNUOS 12](#_Toc78375209)

[1.1 – FUSÃO, FISSÃO, CICLO DE COMBUSTÍVEL DO URÂNIO E AS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA 12](#_Toc78375210)

[1.2 – INTRODUÇÃO AS ARMAS NUCLEARES E OS GASTOS COM O ARSENAL NUCLEAR 16](#_Toc78375211)

[1.3 – PERIGO DAS ARMAS NUCLEARES E A MITIGAÇÃO DE RISCOS DOS NWS (PAÍSES QUE POSSUEM ARMAS NUCLEARES): IRÃ, COREIA DO NORTE E O TERRORISMO NUCLEAR 28](#_Toc78375212)

[1.3.1 – Irã 30](#_Toc78375213)

[1.3.2 - Coreia do Norte 33](#_Toc78375214)

[1.3.3 – Terrorismo Nuclear 35](#_Toc78375215)

[CAPÍTULO 2 – CONSTRUÇÃO DAS FONTES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO EM PROL DO DESARMAMENTO NUCLEAR 38](#_Toc78375216)

[2.1 – ACORDOS INTERNACIONAIS MULTILATERAIS SOBRE DESARMAMENTO 38](#_Toc78375217)

[2.1.1 – Principais tratados internacionais sobre controle e desarmamento nuclear 39](#_Toc78375218)

[2.1.2 – Demais tratados que abordem armas nucleares 42](#_Toc78375219)

[2.1.3 – Zonas Livres de Armas Nucleares 43](#_Toc78375220)

[2.2 – CASOS DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE QUESTÃO NUCLEAR 45](#_Toc78375221)

[2.2.1 – Legalidade da ameaça ou uso de armas nucleares 45](#_Toc78375222)

[2.2.2 – República das Ilhas Marshall vs. Reino Unido, Índia e Paquistão 47](#_Toc78375223)

[2.3 – “A OBRIGAÇÃO UNIVERSAL DO DESARMAMENTO NUCLEAR” E A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO A VIDA 49](#_Toc78375224)

[CAPÍTULO 3 – CAMINHOS PARA O DESARMAMENTO NUCLEAR 54](#_Toc78375225)

[3.1 – MULTILATERALISMO E A GOVERNANÇA GLOBAL 54](#_Toc78375226)

[3.1.1 – Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) 55](#_Toc78375227)

[3.2 – BILATERALISMO 59](#_Toc78375228)

[3.2.1 – Tratados URSS/Rússia e EUA 59](#_Toc78375229)

[3.2.2 - ABACC 60](#_Toc78375230)

[3.3 – SOCIEDADE CIVIL GLOBAL E O TPAN 63](#_Toc78375231)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 67](#_Toc78375232)

[REFERÊNCIAS 69](#_Toc78375233)

# **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como foco a problematização dos caminhos para o Desarmamento Nuclear. Para isso, o objetivo ao longo do texto é demonstrar que não existe um caminho a ser seguido para atingir o Desarmamento Nuclear. Ciente de que não há um caminho único, a hipótese tratada por todo o trabalho é a de que existe uma construção do desarmamento ao longo da história (desde que as bombas foram descobertas), através de diferentes faces de atuação que auxiliam na elaboração de um mundo livre de Armas Nucleares.

A metodologia é a hipotético-dedutiva com uma abordagem qualitativa, através da revisão bibliográfica e da análise de Tratados Internacionais e dos casos julgados pela Corte, além do levantamento de um panorama divulgado por órgãos responsáveis pela coleta de dados relativos aos arsenais nucleares. O Trabalho será delimitado em três capítulos.

No primeiro capítulo é um levantamento inicial de informações sobre as Armas nucleares e os riscos apresentados por elas. Esse capítulo tem por objetivo demonstrar o porquê as armas nucleares apresentam um problema ainda sem solução, e por isso foi necessária uma construção gradual do desarmamento nuclear e que será tratada nos capítulos seguintes. Será tratado primeiramente do urânio, através de seu ciclo como combustível e da fusão como forma de liberação de energia.

Depois, acerca das armas de Destruição em Massa, para entrar mais especificamente nas Armas Nucleares. Além disso, foi explicado através dos diversos artigos que tratam dos malefícios que a energia atômica utilizada para fins não pacíficos possui, sejam elas utilizadas na guerra como aconteceu em Hiroshima e Nagasaki ou os testes nucleares, que afetam diretamente pessoas em regiões mesmo não tão próximas, através da radiação, mostrando que os efeitos da utilização das armas nucleares se arrastam por muito mais que o momento da explosão, além também dos relatórios dos gastos nucleares. Por fim, o custo que a mitigação de riscos dos países que dispõem de armas nucleares apresenta ao mundo, através dos exemplos da Coreia do Norte, do Irã e do Terrorismo Nuclear.

No segundo capítulo é feito um levantamento das fontes de Direito Internacional de diversos temas que envolvam o desarmamento Nuclear. Primeiro, um levantamento de todos os Tratados Internacionais de caráter Multilateral sobre o assunto. Por conseguinte, são analisados 2 casos que foram levados a Corte Internacional de Justiça para emitir uma Opinião ou manifestação sobre a temática do desarmamento nuclear. Para finalizar, também será utilizado o voto dissidente de 2016 do juiz brasileiro da Corte, Antônio Augusto Cançado Trindade como mais um esforço a ser endossado na composição de um futuro mais seguro, e também os acordos que abordam indiretamente o tema das Armas nucleares.

No terceiro e último capítulo tem como foco os diferentes caminhos que colaboraram e continuarão colaborando com a edificação do Desarmamento Nuclear, começando com o multilateralismo e a governança global, trazendo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) como o exemplo de análise dessa subseção. Após, o bilateralismo e alguns dos acordos entre EUA e Rússia (ou URSS) que ajudaram na diminuição das Armas Nucleares, além do exemplo foco dessa seção que é a estruturação da Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) que evitou com que duas novas potências regionais pudessem possuir armas nucleares.

Outrossim, as ações que a Sociedade Civil Global tem com relação ao desarmamento, e como ela conseguiu ser efetiva e auxiliar na aprovação de diversos tratados que limitam diferentes tipos de armas, assim como a atuação do ICAN (Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares) na composição do primeiro acordo que trata da eliminação completa das armas nucleares, o TPAN (Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares).

Ressaltando que o aspecto do controle de armas tratado ao longo do texto, é um dos caminhos para o desarmamento, ele se difere do desarmamento nuclear ao passo que o desarmamento nuclear é o objetivo final e o controle de armas pode ser um dos caminhos iniciais, pois ao diminuir a quantidade dessas armas em circulação e possuindo um maior controle sob elas, com o tempo a ideia geral é que elas sejam completamente eliminadas, atingindo assim o desarmamento nuclear

Dessa forma, esse trabalho é uma tentativa de contribuir com a construção do desarmamento nuclear, através da análise de diversos temas e relatórios sobre o assunto, e levantar a hipótese dos diferentes caminhos que serão tratados ao longo do texto.

# **CAPÍTULO 1 –**Armas Nucleares: perigos contínuos

Neste capítulo será explicado o que é a fissão nuclear, quais são as armas de destruição em massa e em especial a nuclear, para apontar alguns questionamentos no que concerne aos motivos principais para o fim dessas armas de uma vez por todas da sociedade. Por conseguinte, será tratado da mitigação de riscos dos países que dispõem de armas nucleares, e qual impacto isso teve na Segurança Internacional.

Dessa maneira, o papel desse capítulo é elucidar a respeito das armas nucleares e também relatar os principais motivos pelos quais o campo das Ciências Humanas e Sociais, e mais recente o das Relações Internacionais precisaram buscar sucessivas formas de negociações para que os tratados que abordem armas nucleares pudessem continuar evoluindo. Partindo pelo menos do ponto de vista do controle e da diminuição do número de ogivas em atividade, os quais foram avanços significativos, arquitetando a argumentação de que é a obrigação de todos valorizar qualquer caminho que leve a construção de um porvir menos nuclearizado (pela perspectiva bélica).

Assim então, o presente capítulo irá abordar os riscos e o perigo que as armas nucleares podem apresentar ao mundo. Destarte o panorama será dado, e os demais capítulos que terão como foco a construção da argumentação do controle e do desarmamento nuclear possam ter um motivo principal fundamentado.

# 1.1 – Fusão**, Fissão, ciclo de combustível** do Urânio e as Armas de Destruição em Massa

É válido explicar que existem duas maneiras diferentes de liberar uma grande quantidade de energia, são elas a fissão e a fusão nuclear. A primeira é através da quebra do núcleo de um átomo radioativo, ou seja, é uma divisão forçada, com liberação de energia. A segunda é pela colisão de dois átomos para formar um terceiro, mais denso, liberando uma quantidade de energia maior que no processo da fissão. A grande maioria das bombas atômicas, bem como a energia utilizada para fins pacíficos, são da parte da fissão (diferente da fusão que ainda se tem muito para descobrir), e por isso, ela é o foco dessa seção. No entanto – a título de curiosidade – existem também as bombas de fusão, que é o caso da tão famosa bomba de hidrogênio, com um enorme poder de destruição.

Segundo Claudio Gilberto: “A palavra ‘fissão’ significa ‘divisão’. A fissão nuclear acontece quando um átomo é bombardeado com nêutrons, obtendo dois núcleos menores com uma grande liberação de energia...” (DAU, 2009, p. 10-11). Como essa quantidade de energia costuma ser menor que no caso da fusão, ela é mais fácil de “controlar”, por isso as pesquisas se desenvolveram mais nessa área. É através dessa liberação de energia que as bombas causam enormes explosões, conhecidas como nuvens de cogumelo, onde não há controle, nem é feito sob espaço delimitado, diferente do caso de quando são usadas para produção de energia.

O material físsil mais utilizado para produção de energia tanto para explosões como fornecimento de energia elétrica é o urânio, através da mineração dele e do enriquecimento. Isso porque, na forma como é encontrado amplamente na natureza (minério) ainda precisa de um processo de lapidação para que ele possa ser utilizado nos processos nucleares. Segundo as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) o ciclo do Urânio como combustível nuclear é:

* **Mineração e beneficiamento** – depois de retirada do capeamento de solo, a rocha contendo urânio é triturada; em seguida, ela é submetida a um processo químico que separa o urânio de outros materiais a ele associados na natureza. O resultado desta primeira etapa do ciclo do combustível é o concentrado de urânio (*yellowcake)*. Esta etapa é realizada atualmente na Unidade de Concentração de Urânio em Caetité/BA.
* **Conversão** – o concentrado de urânio é dissolvido e purificado, e então convertido para o estado gasoso, o hexafluoreto de urânio (UF6), e é somente em forma de gás que ele pode ser enriquecido, passando para a próxima etapa do ciclo do combustível nuclear. Esta etapa ainda não é realizada no Brasil.
* **Enriquecimento** – é o aumento da concentração do urânio o que torna possível a sua utilização como combustível. Essa concentração do isótopo U235passa de 0,7%, como ele se encontra na natureza até 5% (suficiente para que ele gere energia). O Brasil utiliza a tecnologia da ultracentrifugação para enriquecer o urânio na Fábrica de Combustível Nuclear da INB em Resende/RJ.
* **Reconversão** – o gás enriquecido é reconvertido em pó de dióxido de urânio (UO2). Esta etapa é realizada na Fábrica de Combustível Nuclear da INB em Resende/RJ.
* **Fabricação de pastilhas** – é com o urânio enriquecido sob a forma de pó que são fabricadas pastilhas com cerca de um centímetro de diâmetro. Esta etapa é realizada na Fábrica de Combustível Nuclear da INB em Resende/RJ.
* **Fabricação do combustível nuclear** – as pequenas pastilhas de urânio enriquecido são colocadas dentro de varetas de uma liga de aço especial – o zircaloy. Em seguida, as varetas são organizadas em feixes, formando uma estrutura firme de até 5 metros de altura - o combustível nuclear. Esta etapa é realizada na Fábrica de Combustível Nuclear da INB em Resende/RJ.
* **Geração de energia** – é a fissão dos átomos de urânio que estão contidos no combustível nuclear dentro do núcleo do reator que gera calor, aquecendo a água, e transformando-a no vapor que faz movimentar as turbinas, gerando assim energia. Esta etapa do ciclo do combustível nuclear é realizada nas usinas nucleares em Angra dos Reis/RJ, pela Eletrobras/Eletronuclear. (INB, 2021)

É um processo longo, com muito uso de tecnologia para que o urânio possa ser utilizado como combustível, ou através do enriquecimento até atingir o isótopo urânio-235, que então será utilizado através de uma reação em cadeia sem controle, que seria o caso das armas nucleares.

Porque é necessário trazer à luz toda essa explicação do ciclo de combustível do urânio? Apesar de apenas 9 potências hoje serem consideradas possuidoras de armas nucleares, todas aquelas que possuem a tecnologia necessária para fazer esse ciclo, ainda que atualmente se encontrem em tratados que previnam a proliferação nuclear, podem futuramente chegar a dispor de um arsenal nuclear:

Uma concentração de urânio235 muito elevada (acima de 90%), pode ocasionar uma reação em cadeia sem controle da fissão nuclear passando a constituir-se em uma explosão: é a bomba atômica. Assim sendo, o domínio da tecnologia de enriquecimento é vista como um grande passo para a fabricação de armas nucleares, o que leva a um controle rígido de organismo internacionais em relação a tecnologia e seu uso. (DAU, 2009, p. 13)

Esse é um medo que se instaurou desde o momento que os Estados Unidos demonstraram ao mundo todo o perigo dessa arma. De lá até o momento, mais 8 países se tornaram potências nuclearmente armadas, e esse número não pode e nem deveria aumentar de forma alguma.

**Armas de Destruição em Massa**

Para tratar das Armas Nucleares em si, é importante primeiro explicar que elas se enquadram na categoria de armas de destruição em massa. Isto é, são armas capazes de em uma única utilização causarem danos catastróficos e irreversíveis, tão letais que são capazes de dizimar milhares ou até milhões de pessoas, por isso o uso de “destruição em massa”:

Três categorias de armas são consideradas “de destruição em massa”: as químicas, as bacteriológicas (biológicas) e as nucleares. Desde a adoção da primeira resolução da Assembleia Geral, que preconizava a eliminação de “todas as armas adaptáveis para destruição em massa”, a comunidade internacional conseguiu banir o desenvolvimento, produção, armazenamento e uso de armas químicas e bacteriológicas. Pode-se dizer que, a rigor, a Convenção de Proibição de Armas Químicas, que entrou em vigor em 1997, é o único tratado multilateral de “desarmamento” propriamente dito, pois obrigou também os estados partes a destruir seus estoques, sob verificação internacional. A Convenção de Proibição de Armas Bacteriológicas (Biológicas) entrou em vigor em 1975. Não possui cláusulas de verificação, mas estruturas de apoio a sua implementação foram instituídas no âmbito das Nações Unidas. (DUARTE, 2016, p. 99-100)

O mundo obteve acordos que foram aceitos pela grande maioria dos países, visando a eliminação das armas químicas e biológicas, pois todos notaram as calamidades advindas de ambas as armas durante as guerras. A título mais recentemente, se tem o exemplo do gás Sarin (arma química), que, em 2018, foi usado por um grupo terrorista em um ataque a Síria. Esse fato só corroborou para os países aumentarem a fiscalização das armas químicas bem como das armas biológicas, pois sabem que sua utilização causa tragédias enormes e que facilmente ultrapassam o campo militar. Porém, a pior das 3 armas, a nuclear, continua em atividade, com um grande número de ogivas.

Por mais que o mundo possua avanços significativos na eliminação de duas dessas armas, a nuclear ainda está longe de uma solução que possa ser aceita por todas as nações. É um problema que perdura há décadas, e que milhares de diplomatas, cientistas e pesquisadores procuram formas alternativas de tratarem o tema, porém é algo tão complicado politicamente, que as negociações continuarão se arrastando por décadas.

Mesmo com os avanços relativos à quantidade do arsenal nuclear que o mundo dispunha no século passado, ainda existem números altos de ogivas nucleares, com potenciais de destruição muito maior. Isso pode deixar a vida no planeta em uma completa zona de perigo, pois não há nenhuma diferenciação de combatentes e não combatentes quando essas bombas explodem, não há discriminação nem preservação, tudo que está no caminho é destruído.

# 1.2 – Introdução as armas nucleares e os gastos com o arsenal nuclear

O início da pesquisa com a energia atômica utilizada para fins de guerra, data do Nazismo. Hitler teria investido primeiramente em materiais nucleares o que teria levado os EUA a investirem também no setor (LUISA, 2019). Isso é um forte indicativo de que essa energia utilizada para fins de guerra traria catástrofes enormes para a humanidade, e anos mais tarde, ficou claramente visível no Japão, com as explosões nas cidades de Hiroshima e Nagasaki.

O presidente Truman dos EUA no período em questão afirmou a mídia que precisava acabar com a guerra de uma maneira rápida (PEREIRA, 2019), e por isso fez a utilização das armas atômicas. No entanto, além da quantidade de mortes advindas das duas bombas, a facilidade com que elas aconteceram preocupou o mundo todo (PEREIRA, 2019). Foi com essa “facilidade” de destruição que tornou o tema tão preocupante, seja no território em si, ou através dos efeitos causados nos sobreviventes através da radiação:

Nesse exato sentido, muito valiosa a síntese de Shinso Hamai, funcionário da administração pública de Hiroshima à época do ataque nuclear contra Hiroshima, e prefeito da cidade em mandatos sucessivos entre 1947 e 1967, em discurso proferido por ocasião da cerimônia de celebração do segundo aniversário do lançamento da bomba: “Essa arma terrível trouxe uma ‘revolução do pensamento’, que nos convenceu da necessidade e do valor da paz eterna. (EJZENBERG, 2015, p. 32-33)

O lançamento das bombas ocorreu após a assinatura da Carta da ONU na 2ª Grande Guerra (1939-1945), portanto ela não possui nenhum tratamento especial as armas nucleares. Nota-se que com a Carta a guerra já estava basicamente no fim, e que o mundo quase que em sua totalidade havia se compadecido com toda essa catástrofe.

O preâmbulo da Carta já mencionava que todas as nações deveriam ser tratadas com igualdade, e que a ONU deveria evitar que as gerações que estavam por vir, fossem preservadas dos horrores da guerra (ONU, 1945). Tal qual o desenvolvimento tecnológico para fins pacíficos se deu, o de armas também, se tornando muito mais mortíferas.

Os EUA insistem que as bombas usadas no Japão foram para diminuir as mortes e a extensão do conflito, mas hoje tal afirmação se torna muito mais questionável:

É importante destacar o fato de que, em Ialta, ficara acertado que o Exército Soviético entraria na guerra no Pacífico, logo após a liquidação do conflito no continente europeu. Em agosto de 1945, o Japão estava praticamente vencido. Sabe-se hoje que a decisão de Truman de lançar o ataque nuclear contra o Japão não estava assentada, somente, como querem fazer crer aqueles que justificam o absurdo das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, na alegada necessidade de reduzir os custos da guerra e a perda de vidas norte-americanas, pois o Japão estava liquidado e sem condições de continuar a luta. O problema era acabar, com um só golpe, a guerra no Pacifico, e, principalmente, impedir que os exércitos soviéticos atacassem o Japão e, em seguida, conquistassem a Manchúria e o norte da China. (PEREIRA, 2019, p. 306)

Ademais, foi necessário que um general que se tornou o 34° presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, tocasse no fato do quão preocupante são as armas nucleares. Através de um discurso proferido no ano de 1953 que ganhou o título de “Átomos para Paz” e mais tarde auxiliaria na construção da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) ele expressou todo o medo do mundo com relação as armas nucleares. Segundo o futuro Diretor Geral da AIEA, Mohamed ElBaradei (2011) foi uma mensagem que visava demonstrar ao mundo que não precisavam temer uma nova guerra, mas sim que deviam se unir para construção de um futuro melhor.

Nesse discurso ele demonstra ao mundo o quanto o avanço significativo das armas nucleares é algo a ser desencorajado pela humanidade. Pois a capacidade de destruição aumentou descontroladamente, bem como as formas de alcance foram expandidas:

Today, the United States’ stockpile of atomic weapons, which, of course, increases daily, exceeds by many times the explosive equivalent of the total of all bombs and all shells that came from every plane and every gun in every theatre of war in all of the years of World War II.

A single air group, whether afloat or land-based, can now deliver to any reachable target a destructive cargo exceeding in power all the bombs that fell on Britain in all of World War II. [[1]](#footnote-1) (EISENHOWER, 1953, p. 2)

Para o presidente de uma das maiores potências do período, proferir um discurso na Assembleia Geral da ONU sobre esse tema, é de um impacto gigantesco. A preocupação na época de um conflito de proporções nucleares só aumentava, isso em razão do período ser o de Guerra Fria. Eisenhower afirmou no discurso (1953) que ambos os países não poderiam aceitar as coisas como estavam, pois, isso poderia levar ao fim da civilização.

Durante esse período apenas 2 países dispunham de materiais nucleares, apesar de outros diversos estarem com estudos avançados no tema. Hoje a realidade já é bem diferente, são 9 os países atualmente considerados como possuidores de um arsenal nuclear:

Depois que os Estados Unidos desenvolveram e utilizaram pela primeira vez a bomba atômica, a superpotência rival afirmou sua própria capacidade nuclear bélica, e três outros países - o Reino Unido, a França e a China - acreditaram necessário emulá-los, desenvolvendo também arsenais nucleares e seus vetores com objetivos de segurança, de prestígio ou de ambas as coisas. São esses os cinco Estados reconhecidos pelo TNP como possuidores de armas nucleares, com direitos e obrigações específicos e diferenciados em relação às demais Partes do instrumento. São eles também, e não por mera coincidência, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, que dispõem do poder de veto. Todos os cinco afirmam que suas armas nucleares são fator de estabilidade e as consideram necessárias, ao menos no futuro previsível, a fim de dissuadir potenciais agressões externas. Argumentam também que é preciso conservar seu armamento em condições de uso, para fazer face a situações imprevistas, já que é impossível prever o futuro. Com exceção da China, não excluem a possibilidade de serem os primeiros a empregá-las. Por meio do TNP, esses cinco países procuram também impedir que outros Estados contemplem a aquisição de meios semelhantes de dissuasão, e parecem interpretar o Tratado primordialmente como legitimador de sua posse exclusiva de tais armas.

A Índia e o Paquistão, que não aderiram ao TNP, realizaram com êxito ensaios com explosivos nucleares e desenvolveram arsenais atômicos. Sabe-se que Israel, que tampouco é signatário do Tratado, também obteve armas nucleares, embora siga a política de não confirmar nem negar sua posse. A evolução das atitudes da comunidade internacional em relação a esses três países parece sugerir que deve haver alguma vantagem no exercício da opção nuclear bélica. (DUARTE, 2006, p. 276-277).

Dos únicos dois países a época que previamente desenvolveram armas nucleares, atualmente já contam com mais 7. Por conta disso, a insegurança transmitida aos países que não possuem armas nucleares é muito maior, é uma força alarmante. Comparando-se aos países que não possuem esse poderio bélico, isso se torna um risco iminente de serem usados por quaisquer que sejam os motivos defendidos pelo Estado do qual essas armas possam advir.

Atualmente, a maior parte dessas nações não faz parte da política da não utilização primeiro em caso de conflitos armados. Apenas a China, dos 5 primeiros países a possuírem as armas fazem parte dessa política. O mais alarmante dessa situação é que anteriormente era previsto que mais potências pudessem possuir armas nucleares:

Na década de 1960, o então presidente John Kennedy vaticinou que em poucos anos quinze ou vinte países chegariam a produzir armas atômicas. A previsão não se realizou, mas cerca de duas dezenas de Estados possuem hoje capacidade científica, técnica e industrial para desenvolver explosivos nucleares e meios para seu lançamento, adquirindo também arsenais nucleares. Até o momento, porém, têm optado por não fazê-lo. A rapidez com que poderiam chegar a esse resultado varia em cada caso, assim como as motivações para absterem-se de levar adiante esforços concentrados nesse sentido. (DUARTE, 2014, p. 43)

Graças aos sucessivos avanços que se teve no campo político optaram por não dispor, assinando tratados mediantes a não proliferação e ao não desenvolvimento de armas atômicas. Como é o caso das diferentes renúncias de investimento na tecnologia nuclear voltada para produção de armas, mediante as assinaturas do TNP. E do mais atual, o TPAN, além também dos acordos bilaterais que serão abordados com mais afinco no próximo capítulo.

A exemplo do Brasil e da Argentina, que mesmo dispondo dos meios (enriquecimento de Urânio), optaram por não persistirem na pesquisa e desenvolvimento utilizados para fins bélicos. O Brasil buscava cada dia mais representatividade no cenário internacional, e encontrou o meio da não-proliferação como uma ótima oportunidade, mantendo uma posição firme desde a década de 1960:

Essa reivindicação também fazia parte das teses defendidas pelo Brasil no período. Já em 1960, no discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, propunha a criação de um fundo internacional de desenvolvimento com recursos poupados da corrida armamentista, que deveria ser detida. O tema seria subsequentemente retomado em 1963 pelo ministro João Augusto de Araújo Castro, em seu discurso à Assembleia Geral — o célebre discurso dos “Três Dês” (Descolonização, Desarmamento e Desenvolvimento). Araújo Castro apontava a própria corrida armamentista como “principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do Desenvolvimento Econômico”. A ideia seria subsequentemente retomada em pronunciamentos brasileiros na Assembleia Geral e nos foros de desarmamento. (LAFER, 2011, p. 98).

O Brasil já buscava demonstrar na época (exceção dos 21 anos do governo militar) que os recursos poderiam ser muito melhor utilizados no combate a calamidades que o mundo vivencia desde a sua existência, e não na sua utilização para elaborar armas capazes de criarem novos desafios.

Será que realmente é válido os acordos de Desarmamento Nuclear ou são apenas um meio dos países que possuem armas nucleares se manterem em um pedestal diferente dos demais? São assuntos que conforme os anos vão passando e os tratados vão se tornando obsoletos, fazem com que toda essa temática do desarmamento fique mais inquietante. A desculpa de que é para a própria segurança já começa a se tornar mais questionável (LAFER, 2011)

Existem outras formas de se assegurar a hegemonia e a segurança das grandes potências. Formas que hoje são muito mais ligadas à tecnologia, seja através da biotecnologia ou a nanotecnologia e que não colocam em risco vidas humanas, mas sim que colaboram para um desenvolvimento mais pacífico além do avanço de áreas essenciais para o futuro, como é o caso da medicina.

É uma situação calamitosa a existência de armas atômicas, pois as potências nucleares tentam se manter como as únicas possuidoras dessas armas e não insistem mais no tema da liquidação de seus arsenais. No entanto, cometem ações que contrariam a segurança internacional, como eram os casos dos testes nucleares e como foi a invasão do Iraque, procurando por armas de destruição em massa que nunca foram encontradas:

Essa situação é fatalmente instável, e os desdobramentos ocorridos em anos recentes só fizeram exacerbar tal instabilidade. Testemunhamos agressões em locais onde não havia uma ameaça iminente (Iraque); a falta de ação e a hesitação em um momento de real ameaça (Coreia do Norte); e um impasse prolongado, estimulado por insultos e por um exibicionismo público em vez de um diálogo significativo (Irã). Ao longo dos anos, trouxemos à tona uma rede nuclear ilícita e próspera, pronta para suprir programas nucleares clandestinos. Enquanto isso, a autossuficiência de alguns países em relação às armas nucleares continua sendo um constante estímulo para que outras nações as adquiram. (ELBARADEI, 2011, p. 10).

Caso as grandes potências não despertem e não decidam tomar ações que passem segurança ao resto do Sistema Internacional, o número de países que possuem armas nucleares tende a aumentar. Segundo ElBaradei (2011), as regiões geopolíticas que buscariam armas nucleares para se sentirem mais seguras, inclinam-se a crescer, como é o caso Oriente Médio e da Ásia, do recente caso do Irã e sua busca por tecnologias e aliados que pudessem auxiliar o país no enriquecimento de urânio. E segundo a teoria realista das relações internacionais, se um adversário se arma, a tendência é que outros países próximos também se armem, pois seguem a lógica do mais forte.

É um cenário conhecido como MAD (*Mutual Assured Destruction*), que é uma tradução da sigla em inglês para “destruição mútua assegurada”, os Estado iriam desenvolver armas cada vez mais poderosas para que pudessem equiparar-se com os inimigos e frear um possível ataque. É um cenário “louco”, pois caso houvesse um conflito o número de mortos em uma guerra seria imenso:

Uma única bomba nuclear lançada sobre uma grande cidade ani­quilaria instantaneamente centenas de milhares, talvez milhões de civis inocentes (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, c2006). A retaliação a um ataque nuclear seria imediata: centenas de foguetes com ogivas atômicas lançados de aviões e submarinos ou de silos subterrâneos atingiriam seus alvos em pou­cos minutos, provocando um segundo ataque arrasador. Durante a Guerra Fria, essa postura suicida era chamada “destruição mútua asse­gurada”, em inglês *mutual assured destruction*, cujo acrônimo forma a palavra MAD – “louco”. A loucura parece haver aumentado, em lugar de diminuir. (DUARTE, 2020, p. 13).

Outro medo que instaura é a possibilidade de que em um dado momento da história não se terá mais um controle de quem possua armas nucleares. Sejam para segurança da nação como afirmam ou então alguma nação que com o intuito ou não, permita que tais armas sejam concedidas a outro Estado ou organização:

Atualmente, o problema essencial não é o cenário *MAD* – ataques pesados com o uso de arsenais nucleares a varrer as grandes metrópoles que abrigam tanto o capitalismo quanto o comunismo–, mas a ameaça de uma guerra atômica assimétrica: a aquisição e o uso de armas nucleares por grupos extremistas, por um país “de patifes comandado por um ditador agressivo, ou ainda por uma grande potência contra um Estado desprovido de tecnologia e armas nucleares. (ELBARADEI, 2011, p.10).

Foi possível notar uma temática parecida na Síria em 2018, quando um grupo terrorista (além dos indícios e investigações que o próprio governo Bashar al-Assad também utilizou de armas químicas) usou do gás Sarin no conflito. Apesar de ser uma arma terrível, não chega nem perto do mal que seria feito caso uma arma nuclear tivesse sido utilizada novamente. A diferença é que hoje os centros urbanos são muito maiores e mais complexos do que durante o período da Segunda Guerra Mundial.

A preocupação com os tratados estão se tornando maiores, mais complicadas e contemporâneas:

Nas últimas duas décadas, por exemplo, certos ajustes entre es­ses dois países, como o Tratado de 1972 sobre Mísseis Antibalísticos (conhecido pela sigla ABM) (NO. 13.446…, 1974) e o Tratado so­bre Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) de 1987 (TREATY…, 1988), deixaram de existir. Da mesma forma, os Estados Unidos se retiraram do tratado plurilateral entre as cinco potências nucleares, mais a Alemanha, de um lado, e o Irã, de outro, sobre o programa nuclear iraniano (JCPOA) (JOINT…, 2015), que corre grave risco de não subsistir. Em 2015 a Rússia anunciou o fim de sua participação no Tratado sobre limites do armamento convencional na Europa (CFE) (TREATY…, 1992a). Por sua vez, a vigência do mais recente Tratado de limitação de armas nucleares e seus vetores, firmado em 2010 pelos Estados Unidos e Rússia e conhecido como Novo START (TREATY…, 2010), corre sério risco de não ser renovada ao fim de seu período de validade, em fevereiro de 2021. Se isso ocorrer, não haverá mais qualquer restrição vigente entre os dois países sobre a quantidade e instalação de tais armas. (DUARTE, 2020, p. 17).

No período de 2020 em que o autor escreveu o texto, era um risco eminente o fim do Novo START (Tratado de Redução de Armas Estratégicas entre EUA e Rússia). Isso mostra que a realidade é mais crítica do que parece, uma vez que Donald Trump tratou com desdém já quando assumiu a presidência, e afirmava que os EUA não iriam renovar o acordo com a Rússia. Porém, como perdeu as eleições recentes (2020) para Joe Biden, o novo presidente no começo do mandato decidiu prolongar o novo START, e não mais perpetuar a sua extinção como era proposta de Trump, o que mostra, talvez, uma luz no fim do túnel.

Segundo Antônio Pereira (2019), não é porque algo não está expressamente proibido em algum acordo que ele se torna permitido (cláusula de Martens). Como as armas nucleares não respeitam as fronteiras, não respeitam o direito dos não combatentes, não respeitam o ambiente, elas violam diversos acordos e normas do direito internacional, tornando a sua utilização ilegal.

Em vista dos horrores vivenciados pela população judia durante a Segunda Guerra e também da população armênia no período da Primeira Guerra, a ONU conseguiu aprovar por todos os votos favoráveis e nenhum contrário (dos países que votaram a favor ou contra, não contando abstenções) a “Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio”. Foi aprovada em 1948, demonstrando um marco e um grande avanço da diplomacia mundial como um todo. Dessa forma, tornaria nula qualquer utilização de uma arma que eliminasse em massa a população de quaisquer localidades, independente dos horrores presentes na guerra.

Os efeitos do acionamento de uma bomba atômica não se limitam a explosão imensa no momento em que é acionada, mas também há uma liberação de calor de enormes proporções, aniquilando todos que estiverem perto (exemplo dos diversos vídeos dos mortos no local na cidade de Nagasaki). Ademais, há também uma liberação de ondas de choque (pulso eletromagnético) e o efeito da radiação.

E a radiação, diferente dos demais efeitos, não acontece apenas quando a bomba é acionada e muito menos tem seu efeito em apenas “poucos” quilômetros do raio da explosão, mas sim pode se alastrar através do ar em regiões muito mais longínquas, bem como seu efeito perdurar por anos ou décadas após a explosão. As taxas de câncer aumentaram significativamente (SANTIAGO, 2018), os efeitos provocados são muito mais longos do que apenas alguns dias após a explosão, podem se arrastar por diversos anos na pele dos que vivenciariam o conflito.

A radiação é experienciada de maneira muito mais drástica nas mulheres:

Segundo informe da Organização *Women’s International League for Peace & Freedom* – WILP, as armas nucleares têm forte impacto nas questões de gênero, ou seja, submetidas à radiação decorrente do emprego dessas armas nos conflitos armados, as mulheres enfrentam uma devastação singular pelos efeitos da energia nuclear sobre o organismo feminino. Segundo a WILP,

[...] as mulheres são mais vulneráveis à radiação ionizante do que homens e, quando grávidas e expostas a altas doses de radiação ionizante, correm risco de prejudicar a saúde de seus filhos, incluindo o risco de malformações, deficiências e risco de morte fetal Assim como as mulheres que sobreviveram a outros tipos de armas, como minas terrestres ou explosivas, as mulheres que sobreviveram ao teste ou uso de armas nucleares, em razão disso, enfrentam desafios sociais exclusivos relacionados à maneira como são tratados na sociedade e suas comunidades. Quase sempre, são estigmatizadas ou excluídas. (WILP *apud* PEREIRA, 2019, p. 323)

É difícil notar o quanto as gerações futuras poderiam ser prejudicas pelo lançamento dessas armas em regiões urbanas, e o quanto isso impactaria cidades, estados ou até mesmo países inteiros. Tornariam regiões inteiras inóspitas, afetando o sistema de energia, a indústria, a distribuição de água potável, tudo que pudesse ser contaminado pela radiação tornaria inviável o uso por longos períodos. Sem contar os animais prejudicados no processo, a quantidade de vida que seria cerceada é gigantesca.

Com isso, ou as grandes potências tomam consciência desse risco, ou o mundo se tornará um lugar ainda mais perigoso, e as séries que tanto fazem sucesso na televisão da terra inabitável devido a conflitos, se tornará realidade, o relógio do fim do mundo está em constante mudança. Com a piora do quadro climático e agora o risco nuclear ressurgindo, o relógio reduziu o prazo para apenas 100 segundos (DUARTE, 2020).

O “Doomsday Clock” (relógio do Juízo Final) foi elaborado para alertar a população em geral do quão próximo o ser humano está de destruir o mundo. Foi elaborado em 1947, em uma edição do “The Bulletin” pedido por Hyman Goldsmith ao artista Martyl Langsdorf que então surgiu com a ideia do relógio. Originalmente só era considerado a corrida armamentista nuclear, porém, no final da primeira década desse século o relógio passou a contar também as mudanças climática e hoje já traz também a nova crise sanitária como uma das áreas de análise (THE BULLETIN, 2021).

O tempo presente é um momento essencial para começar a mudar o modo de pensar, dado que o risco de não haver civilização futura é eminente, assim como cita Kennedy em discurso proferido em 1962, um dos únicos caminhos para uma paz duradoura envolve a eliminação dessas armas (Kennedy, 1962).

Questões preocupantes, além das nucleares, começam a aparecer, como o aquecimento global, as questões relacionadas ao meio ambiente, os recursos utilizados para manter o arsenal poderia muito bem ser reinvestido em atividades que podem garantir a segurança futura. Porém não há outra maneira de tratar questões relacionados a esse tema se não com esperança, pois a alternativa é inaceitável, a civilização humana não irá acabar por arrogância de alguns, todos não podem sofrer pelos erros de poucos:

A última razão para não perder a fé em que a diplomacia e o diálogo podem prevalecer como estratégia para lidar com as crises nucleares se baseia em uma questão de lógica: a alternativa é inaceitável. É claro que o otimismo está muito distante da certeza. A diplomacia nuclear é um negócio entediante, tortuoso. Mas o caminho à frente é claro. Por fim, somos uma única família humana unida; gostemos ou não, estamos juntos nessa. A única busca que faz sentido, a única por que vale a pena lutar, é a segurança coletiva. (ELBARADEI, 2011, p. 329).

Dessa maneira, é importante fazer um demonstrativo do quanto é gasto para manter as armas nucleares armazenadas hoje. A força do impacto das Armas Nucleares, caso fossem utilizadas em um conflito nos tempos atuais, seria de proporções catastróficas, estima-se que:

Os dados seguintes avalizam essa afirmativa: uma arma com potência de apenas um megaton (potência equivalente a 1 milhão de toneladas de TNT), lançada sobre uma cidade de um milhão de habitantes, e com uma superfície de 250 quilômetros quadrados, resultaria na morte imediata de 270.000 pessoas, 90.000 nos dias seguintes vítimas das precipitações radioativas, e 90.000 feridos. Dois terços das construções civis, os sistemas de água, luz e esgoto desapareceriam, a infraestrutura urbana seria totalmente destruída. Isto apenas com uma bomba de um megaton. Numa guerra nuclear total, a maioria dos habitantes da Terra desapareceria imediatamente. As populações que sobrevivessem ao ataque seriam destruídas, lentamente, pelos efeitos das precipitações radioativas generalizadas. O clima da Terra seria profundamente alterado, destruída a capa de ozônio que a protege, e graves danos genéticos aguardariam as gerações vindouras. (PEREIRA, 2019, p. 322)

Dessa maneira, uma arma com tamanha destruição, além de gerar um impacto quase que impossível de ser medido apenas financeiramente, causariam danos ao meio ambiente, as vidas que seriam perdidas e o tratamento das vítimas que permaneceriam, gerariam um custo extremamente alto e incalculável partindo de princípios apenas monetários. É com o intuito de alertar as nações que Organizações com o apoio da Sociedade Civil fazem relatórios técnicos desse setor. Os gráficos a seguir são retirados de dois relatórios de 3 anos distintos.

Os gastos retirados do ano de 2010 são de um relatório com o título “WORLD SPENDING ON NUCLEAR WEAPONS SURPASSES $1 TRILLION PER DECADE” [[2]](#footnote-2), do “Global Zero”, a qual é uma organização que visa a redução dos arsenais nucleares dos países até que atinjam o zero. Nesses dados de gastos constam os: “Figures in billions of US dollars. Core costs refer to researching, developing, procuring, testing, operating, maintaining, and upgrading the nuclear arsenal (weapons and their delivery vehicles) and its key nuclear command-control-communications and early warning infrastructure” [[3]](#footnote-3)(BLAIR; BROWN, 2011, p.1)

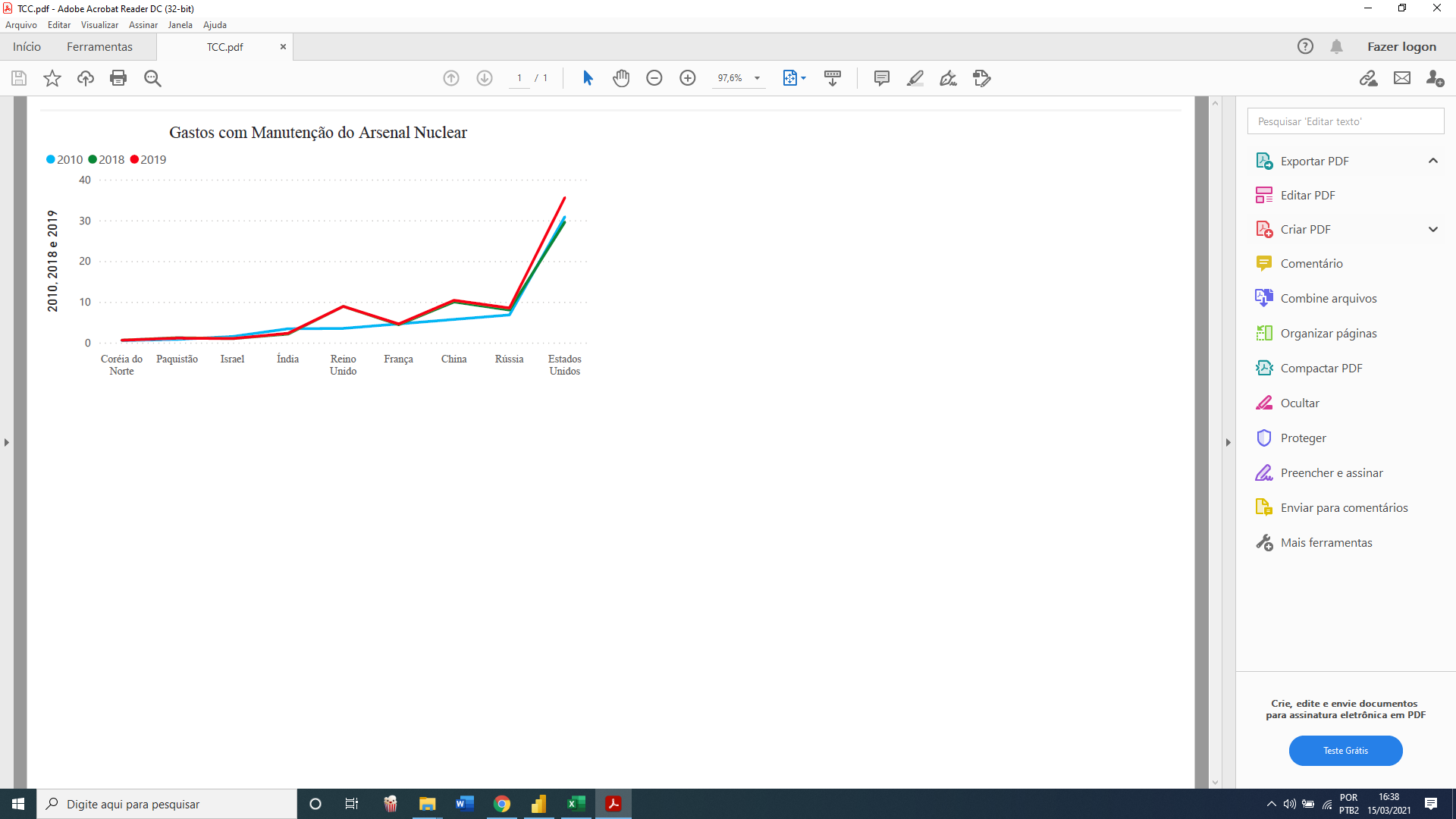
Já os de 2018 e 2019 são dados retirados do relatório “Enough is Enough: Global Nuclear Weapons Spending 2019” [[4]](#footnote-4) do ICAN, que tem por objetivo a mobilização da sociedade civil ao redor do mundo para o fim das armas nucleares.

These estimates (rounded to one decimal point) include nuclear warhead and nuclearcapable delivery systems operating costs and development where these expenditures are publically available and are based on a reasonable percentage of total military spending on nuclear weapons when more detailed budget data is not available. [[5]](#footnote-5) (ZAKRE, 2020, p. 4)

Segundo mencionado no relatório do Global Zero, os gastos não incluem custos da recuperação do ambiente contaminado nem das vítimas da utilização das armas nucleares ou dos testes em si, caso isso fosse incluso, o aumento decorrido caso esses dados fossem incluídos poderia ser de mais de 50% dos valores previamente gastos na manutenção dos arsenais nucleares.

**Tabela 1** - Dados em bilhões de dólares dos gastos anuais com a manutenção do Arsenal Nuclear por país

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Anos** | **China** | **Coréia do Norte** | **Estados Unidos** | **França** | **Índia** | **Israel** | **Paquistão** | **Reino Unido** | **Rússia** |
| **2010** | 5.7 | 0.5 | 30.9 | 4.6 | 3.4 | 1.5 | 0.8 | 3.5 | 6.8 |
| **2018** | 10 | 0.6 | 29.6 | 4.4 | 2.1 | 1 | 1.2 | 8.9 | 8 |
| **2019** | 10.4 | 0.6 | 35.4 | 4.8 | 2.3 | 1 | 1.1 | 8.9 | 8.5 |



**Fonte: “**O AUTOR, 2021”

\* O gráfico possui os dados divulgados em Bilhões de Dólares.

É possível notar uma diminuição nos gastos da Índia, Israel, França e Estados Unidos de 2010 para 2018, porém, de 2018 para 2019, 5 países aumentaram seu gasto com relação ao ano anterior, 3 mantiveram o mesmo, e apenas o Paquistão diminuiu. Os EUA tiveram um aumento absurdo, foram quase 6 Bilhões de dólares de um ano para o outro, já possuem disparadamente o maior gasto com a manutenção do arsenal, ao invés de darem o exemplo e começarem a redução, geram uma insegurança ainda maior em todo o Sistema Internacional.

Deu-se um aumento de mais de 7 bilhões de dólares de um ano para o outro, e de mais de 15 bilhões de 2010 para 2019, são quase 10% a mais gastos com armazenamento de armas nucleares (de 2018 para 2019) e mais de 20% de 2010 para 2019. Dinheiro que poderia ter outra utilidade bem mais urgente, existem tantas ONGs que precisam de orçamento, tantos conflitos localizados gerando números enormes de refugiados todos os anos.

Baseado em um relatório do ICAN (2020), são gastos cerca de 138 mil dólares (quase 139) por minuto para manutenção de armas nucleares. Segundo a página do “Global Zero”, o custo da manutenção de uma bomba nuclear significa o equivalente a:

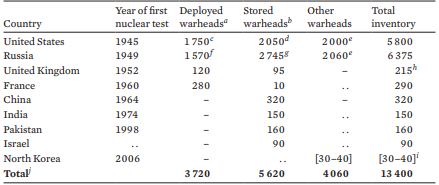
**Figura 2** - "Os Custos das Armas Nucleares"



**Fonte: “**GLOBAL ZERO – A call to rethink priorities, 2020”

Caso achassem que os gastos externos não trariam benefícios para os países, esse quadro mostra em como o valor poderia ser reinvestido dentro do próprio país, poderiam ser redirecionados para pastas em que auxiliariam de fato o desenvolvimento nacional. E isso é de apenas uma bomba, sabe-se que, o número do qual os países dispõem são muito maiores, a exemplo do dado apresentado pelo SIPRI de 2020:

**Tabela 2** - “Forças nucleares do mundo, janeiro de 2020”



**Fonte: “**SIPRI, 2020, p. 2 – World Nuclear Forces”

Lembrando que segundo explicado no relatório do SIPRI os valores são aproximados e podem conter incertezas. Se os cálculos do que pode ser feito com apenas uma ogiva nuclear (foi demonstrado anteriormente), imagina com as 13.4000 que os 9 países possuem. São muitas ogivas em circulação, e que nem todos os Estados possuem um controle seguro sob seu armazenamento. Dessa forma, a próxima seção é dedicada a demonstrar a mitigação de riscos dos países portadores de armas nucleares, e de que maneira isso pode se tornar um perigo para algumas regiões do globo.

# 1.3 – Perigo das armas nucleares e a mitigação de riscos dos NWS (países que possuem armas nucleares): Irã, Coreia do Norte e o Terrorismo Nuclear

Essa seção tem como objetivo demonstrar que a preocupação de que as armas nucleares possam cair em mãos erradas é grave. Para isso será tratado o caso de dois Estados em específico, que foram escolhidos baseados nas inseguranças e no medo que geraram ao mundo durante épocas distintas.

Primeiramente o caso do Irã e a insegurança gerada pela busca contínua de diferentes governos a tecnologias capazes de enriquecer o urânio a valores acima do permitido pela AIEA. E em segundo a Coreia do Norte, pelo fato do país viver uma ditadura e terem buscados as armas nucleares como forma de travar uma possível intervenção externa, o que gerou uma instabilidade regional e um medo ocidental de que elas pudessem ser usadas. E por fim, será tratado também o terrorismo nuclear.

Essa tentativa incansável dos Estados que possuem armas nucleares e fazerem tudo que estiverem ao seu alcance para proporcionarem acordos de não proliferação e evitarem acordos que tratam da desnuclearização, pode ser explicado através das Teorias das Relações Internacionais. Para contribuir com a argumentação da mitigação dos riscos das armas nucleares, é possível fazer uma abordagem a duas teorias: a Realista e também a Escola Inglesa.

A primeira segundo Morgenthau (1948) busca uma manutenção do “*status quo*”, que advém da expressão latina *status quo ante bellum.* A qual visava a restauração dos territórios originais, por meio de tratados internacionais, assim que as guerras cessassem. No entanto, com o tempo passou a se referir à “manutenção da distribuição do poder que existe em um momento particular na história” (MORGENTHAU, 1948, p. 89), e com o mesmo objetivo de defender o ajuste da paz.

E é assim que os NWS se vêm, como garantidores da paz e do equilíbrio, não é casualidade que 5 deles se encontrem no Conselho de Segurança Permanente da ONU. Entretanto, muitas vezes – como demonstra a história, exemplo do pós-Primeira Guerra – a tentativa de manter determinado *status quo* pode levar os países a questionamento e no decorrer do tempo até a medidas extremas, e que no futuro pode ser a causa de novas guerras.

A segunda é o conceito do equilíbrio de poder: “Quando ocorreu equilíbrio de poder, surgiram condições para o funcionamento de instituições (tais como a diplomacia, o direito internacional etc.), que ajudaram a garantir a ordem internacional.” (SARFATI, 2005, p. 130). Esse equilíbrio de poder segundo a Escola Inglesa supre a lacuna deixada pelo Direito Internacional e também é um dos argumentos usados pelos NWS.

As armas são uma tentativa de evitar que ocorra um conflito através do medo, e isso é algo extremamente frágil, pois a qualquer demonstração de poderio de um lado, o outro poderá retaliar em proporções maiores:

A política da dissuasão também é conhecida como o equilíbrio do terror; durante a Guerra Fria, ela foi chamada de destruição mutuamente assegurada. A paz que uma política de dissuasão porventura possa prometer é frágil, pois a dissuasão reduz a violência somente graças a uma ameaça de violência. Cada lado tem de reagir a qualquer sinal não violento de desrespeito com uma demonstração violenta de coragem; em consequência, um ato de violência pode levar a outro, em um ciclo interminável de retaliação. (PINKER, 2011, p. 47)

Contudo, o que os NWS sempre evitam abordar, é o fato da completa mitigação dos riscos, haja visto que nem só Estados que dispõem da “racionalidade” do realismo são os que buscam acessos as armas nucleares. As incertezas advindas disso são enormes, o mundo viveu uma situação de medo e perigo quando a Coreia do Norte conseguiu acesso a ogivas nucleares, e o mesmo medo se repetiu recentemente na busca do Irã por formas de produção de uma indústria nuclear.

Nas três próximas subseções serão abordados os casos da Coreia do Norte e do Irã e suas respectivas buscas por armas nucleares e por conseguinte o tema do terrorismo nuclear, pautas que são preocupações da sociedade como um todo e que poderiam ser motivos suficientes para os demais países buscarem o desarmamento nuclear.

É válido mencionar que as armas nucleares que apresentam um risco, e não os Estados. Dito isso, independente de quem as possui, pois nas mãos de qualquer ator tanto estatal como não-estatal elas apresentam um perigo a qualquer um. Os dois Estados aqui tratados são também por conta da mitigação dos riscos dos NWS e da falta de um acordo que pudesse ser benéfico entre as partes, são dois dos casos mais chamativos dos últimos anos, um de sucesso na obtenção e outro de um fracasso ainda não encerrado, por isso merecem devida atenção.

# 1.3.1 – Irã

O Irã é analisado como caso específico, pois além de ser uma República fundamentalista (isso quer dizer que o governo é exercido baseado nos preceitos religiosos do livro sagrado do islã de maneira extremamente rígida) e estar envolvida em diversos conflitos na região do Oriente Médio ao longo dos anos, caso o programa nuclear conseguisse realmente armas nucleares, causaria um cenário instável na região. E isso, poderia resultar em mais países que buscariam acessos a tecnologias nucleares na região, como uma forma de equilíbrio de poder e de fazerem frente a nova potência nuclear regional. Dados os conflitos históricos, as armas nucleares só serviriam para tornar a região ainda mais violenta.

Devido ao longo processo do programa iraniano, será dado enfoque nessa seção após o ano de 2003, quando as sanções ao Irã se tornaram mais fortes pela falta de um acordo conclusivo e de transparência. Após conseguirem um acordo que perduraria por 2 anos, denominado acordo de Paris (2003), entre o Irã a França, Alemanha e Reino Unido (EU-3), não foi possível de concretizar um acordo de longo prazo, e, portanto, em 2005:

However, the EU- 3 negotiations would ultimately fail be­cause Iran and the EU- 3 were unable to come to an agreement on long- term arrangements. In March 2005, Iran submitted a proposal to the EU- 3 that proposed allowing Iran to resume some of its ura­nium enrichment activities under close monitoring, along with in­centives of Western technology and trade agreements. The EU- 3 significantly delayed responding to this proposal, and when it finally did submit a proposal to Tehran in August 2005, the proposal con­tained only vague language and no guarantee that Iran would not be attacked, yet asked for Iran to eliminate its nuclear facilities en­tirely. Iran rejected the August EU- 3 proposal. [[6]](#footnote-6)(JOYNER, 2016, p. 32)

Com essas requisições, o Irã se sentiu injustiçado e o acordo de longo prazo não foi possível de ser concretizado, retornando ao impasse do desenvolvimento do programa nuclear do Irã. Devido à falta de um acordo benéfico para ambos os lados, o Irã continuou com seu programa e recorreu a Rússia para conseguir ajuda com o combustível para seus tanques, os quais chegaram a um acordo em que a Rússia iria prover o combustível e o Irã deveria devolver o combustível utilizados para Rússia (JOYNER, 2016).

Em 2006 tentaram fazer com que o Irã encerre suas atividades com enriquecimento de Urânio, porém apenas encontraram uma forte resistência do país, e a afirmação de que o país jamais voltaria a fechar os seus programas de enriquecimento de Urânio. Já em 2007 com a ausência de um acordo com o Irã, principalmente pela forte resistência dos EUA, a AIEA inicia negociações, e chega a um acordo: “On August 27, 2007, Olli Heinonen, then the IAEA deputy director general for safeguards, announced that he had reached an agreement with Iran whereby Iran would resolve all the remaining inspections issues within a three- month period.” [[7]](#footnote-7) (JOYNER, 2016, p. 37-38)

A Agência sofreu duras críticas dos países liderados pelos EUA, assim como o Irã continuou recebendo duras sanções do Conselho de Segurança, ao todo foram cerca de 10 anos de sanções, de 2003-2013, entre idas e vindas. Após tentativas falhas de negociações com a reposição de combustível para um de seus tanques com a administração Obama, o Irã declara em 2010 que iria aumentar a taxa de enriquecimento de Urânio até a quantia que precisasse para fazer o combustível para seu reator.

De acordo com o relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)*,* desde Fevereiro de 2010, o Irã tem produzido urânio enriquecido a 20 por cento U-235, alegando ser para o fornecimento de combustível para o Reator de Pesquisa de Teerã, que produz isótopos médicos e para pesquisa em reatores similares. (MIZUTA, 2013, p. 52)

Somente em 2013 foi possível um acordo denominado de JPOA (Joint Plan Of Action):

In this interim agreement, Iran agreed to cease enrichment of uranium beyond 5 percent U235. It also agreed that it would not install any new centrifuges, start up any that were not already operating, or build any new enrichment facilities. Iran also agreed to halt work on its heavy water reactor and to allow U.N. inspectors daily access to its facilities. [[8]](#footnote-8) (JOYNER, 2016, p. 60)

Após isso, em 2015, conseguiram novamente um acordo, que foi basicamente uma melhora do acordo antigo, ele ficou conhecido como JCPOA (Joint Comprehensive Plan of Action). O acordo trata de uma limitação da energia nuclear do programa do Irã, além da aplicação do protocolo adicional da AIEA, para que isso seja realizado, o P5+1 (Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia) se comprometeram a remover as sanções econômicas que foram impostas ao Irã. Esse acordo foi um marco nas relações internacionais desse ano, pois demonstra um grande avanço da diplomacia.

Foram longas e extensas negociações, que se alastraram por mais de 3 décadas, começando no período de 1980, que é quando o Irã começou com seu programa de enriquecimento de Urânio. E que graças ao esforço AIEA como um tudo, caminhou para negociações pacíficas, que fizeram valer o esforço dos envolvidos.

Porém, e se as negociações não tiverem sido bem sucedidas? E se a AIEA não existisse ou cumprisse um papel de subordinada aos NWS que é o principal objetivo e motivo deles recearem tanto o fortalecimento dessa Agência. O panorama que estamos hoje talvez seria bem diferente, e haveria mais um país com tecnologia capaz de elaborar armas nucleares. E caso um governo ainda instável estivesse em exercício, não seria possível saber o risco que isso apresentaria para o Sistema Internacional.

Em fevereiro de 2021, após uma visita do Diretor Geral da AIEA ao Irã, ele relatou que em um dos lugares visitados foi possível identificar partículas de materiais radioativos em uma das instalações que não estavam listadas, podendo colocar em risco o acordo de salvaguardas:

La presencia de múltiples partículas de uranio de origen antropógeno, comprendidas partículas isotópicamente alteradas, en el lugar 1, que el Irán no había declarado, es un claro indicio de que ha habido material nuclear y/o equipo contaminado por material nuclear en este lugar. Tras 18 meses, el Irán no ha facilitado la explicación necesaria, íntegra y técnicamente creíble con respecto a la presencia de partículas de material nuclear. A falta de esa explicación del Irán, el Organismo está profundamente preocupado por el hecho de que haya habido material nuclear no declarado en este lugar no declarado y de que el Irán siga sin notificar ese material nuclear en virtud de su Acuerdo de Salvaguardias. (AIEA, 2021, p. 5)

Isso mostra que mesmo existindo um acordo em atividade, não se sabe quando e nem se o Irã virá a público para se retirar do acordo ou então informar a sua posse de materiais físseis enriquecidos a um nível suficiente para elaborarem uma bomba nuclear. Essa insistência em manter o regime de armas nucleares em vigor pode ser um perigo que coloca a todos em risco, alguns países insistem em buscar formas e alternativas de se equipararem aos NWS por medo de alguma invasão por parte deles. O próximo caso a ser tratado é o da Coreia do Norte, que foram capazes de adquirir armas nucleares e que durante muitos anos deixou o mundo em pânico.

# 1.3.2 - Coreia do Norte

O caso de análise específico da Coreia é por conta de o país viver uma ditadura (o líder não pode ser questionado, não há eleições de nenhum tipo pela população, e a liberdade de expressão é quase nula), além do medo que causaram no cenário regional (ao desbalancearem o cenário) e também mundial, pois como o governo é extremamente fechado, e os atritos com o mundo externo ser algo constante nas Relações Internacionais, gerou certas instabilidades por conta dos países ocidentais.

A busca da Coreia do Norte por armas nucleares é uma política de dissuasão. Isso é, aconteceu em um período da Guerra Fria em que as duas potências disputavam constantemente por áreas de influência. Ademais, havia o medo que o mundo exterior continuasse influenciando dentro dos países, e que uma nova Guerra da Coreia pudesse existir. O fim da guerra da Coreia em 1953 marca o início das buscas da Coreia do Norte por uma independência externa, não só econômica e social, mas também política, é então nessa mesma década que há o início das pesquisas para obtenção de armas nucleares.

Os esforços norte-coreanos para desenvolver armas nucleares e sistemas de entrega de mísseis foram uma resposta direta às ameaças de ataque nuclear sofridas durante a Guerra da Coreia e ao subsequente posicionamento de armamentos nucleares táticos norte-americanos na Coreia do Sul por mais de três décadas. (GEIGER, 2018, p. 12)

Um dos principais problemas apresentados pelos países que possuem armas nucleares é que eles têm a capacidade de influenciar os demais através do medo de que essas armas possam ser utilizadas em algum conflito, como ocorreu na Segunda Guerra. O fato encontrado no caso da Coreia do Norte, é que ao invés do medo influenciar ela a aceitar a postura dos EUA, teve o efeito contrário, e fez com que o país buscasse formas de se sentir segura através da nuclearização.

Apesar dos avanços que a década de 80 e o início da 90 proveram na diplomacia entre os países com o fim da primeira crise nuclear e o fim da URSS, anos depois com a morte do líder coreano fizeram com que o país voltasse novamente sua atenção aos armamentos nucleares. Após a segunda crise nuclear nos anos 2000, com a pesquisa coreano a todo vapor, e com a falta de um acordo benéfico entre as partes, que em 2005 a Coreia do Norte assume que possui armas nucleares (GEIGER, 2018).

A questão que ficou é que, dessa vez, não é um país que dispõem de um governo racional ou eleito que está em controle de armas nucleares, mas, sim uma ditadura militar com um líder instável. Além disso, existe ainda o fato de que sofreram sanções econômicas durante muitos anos, e por isso buscam negócios com quaisquer Estados que estejam dispostos a negociar com eles, e agora possuem uma commoditie (urânio) que interessa e muito diversas nações:

North Korean state trading companies have a long history of selling whatever commodities they can to whomever will pay for them. Such sales have included conventional weapons, counterfeit pharmaceuticals, narcotics, counterfeit currency, ballistic missiles and a wide array of other illicit products. Pyongyang has also sold technology used in nuclear-weapon development on at least two occasions: the slightly enriched uranium hexafluoride to Libya (along with unenriched uranium hexafluoride feedstock), and reactor technology and perhaps other material and infrastructure to Syria. [[9]](#footnote-9) (PLANT; RHODE, 2013, p. 66)

Esse tema foi descoberto quando o governo Gaddafi (ex-Chefe de Governo líbio) decidiu encerrar com as atividades ligadas ao enriquecimento de urânio na Líbia, os materiais com urânio enriquecido foram levados para os EUA para serem avaliados. E através da análise foi registrado que o material físsil só poderia ter sua origem ligada a Coreia do Norte (PLANT; RHODE, 2013).

Atualmente, segundo um relatório da AIEA, a Coreia do Norte continua com suas atividades nucleares, demonstrando um claro risco e uma séria violação das resoluções do Conselho de Segurança: “The DPRK’s nuclear activities remain a cause for serious concern. The continuation of the DPRK’s nuclear programme is a clear violation of relevant UN Security Council resolutions and is deeply regrettable.” [[10]](#footnote-10) (AIEA, 2020, p.7).

É um medo que assola diversos países ao redor do mundo, isso tudo por conta do governo coreano até então, não demonstrar uma inclinação ao desarmamento nuclear. A próxima subseção será dedicada a mais um dos perigos que surgiu devido a persistência das Armas nucleares na civilização. Além dos dois pontos já demonstrados, esse terceiro é mais um que existe por conta da mitigação de riscos dos NWS.

# 1.3.3 – Terrorismo Nuclear

Em primeiro lugar, é importante mencionar que a definição de terrorismo segundo Steven Pinker (2011) é uma forma de tentar influenciar o outro através da intimidação. O terrorismo nuclear por sua vez:

Según el Dr. en Ciencias Físicas y experto en Ingeniería Nuclear Xavier Bohigas, el término *terrorismo nuclear* «indica el uso o la amenaza de utilizar materiales radioactivos, o usar dispositivos fabricados con ellos, de forma intencionada en actos de terrorismo, incluyendo también los ataques convencionales a instalaciones nucleares». Por otro lado, según el teniente ingeniero de armamento Cristian Martín Corrales, «el terrorismo nuclear es el uso de armas nucleares o radiológicas, o el ataque a instalaciones nucleares con el fin de infundir el terror en la población (GIL, 2018, p. 54)

Segundo a Bruna Bastos (2018), uma soma dos diversos medos que a população ao redor do mundo possui. Haja visto que é a junção de ações violentas – que não se limitam aos combatentes, muito pelo contrário, visam ferir a população civil – com armas que possuem uma capacidade gigantesca de destruição.

Baseado nos escritos de Charles D. Ferguson, William C. Potter e outros três apoiadores, são quatro as formas possíveis de um terrorismo nuclear:

• The theft and detonation of an intact nuclear weapon

• The theft or purchase of fissile material leading to the fabrication and detonation of a crude nuclear weapon—an improvised nuclear device (IND)

• Attacks against and sabotage of nuclear facilities, in particular nuclear power plants, causing the release of large amounts of radioactivity

• The unauthorized acquisition of radioactive materials contributing to the fabrication and detonation of a radiological dispersion device (RDD)—a “dirty bomb”—or radiation emission device (RED). [[11]](#footnote-11) (FERGUSON *et al.*, 2004, p. 3)

Para Pinker (2011) é extremamente improvável que alguma célula terrorista tenha acesso as armas nucleares prontas, pois os países levam a sério a segurança de seus arsenais nucleares, ainda que relate que não seja impossível de acontecer, tornando a primeira forma quase impossível de acontecer. A segunda requer um grande emprego de tecnologia, assim como de pessoas extremamente qualificadas com estudos que poucos lugares do mundo possam proporcionar, também é bastante difícil de ocorrer.

Na terceira, existem variados mecanismos de segurança para impedir que ações desse tipo ocorram, também seria muito raro de suceder. No entanto, o mais provável caso houvesse algum atentado atômico, seria a quarta suposição, pelo roubo de materiais enriquecidos. Ainda que extremamente difícil de acontecer, o roubo de materiais físseis apresenta sim riscos reais (PINKER, 2011).

As chances ainda que pequenas, são existentes, através da elaboração de uma “bomba suja” (arma feita com a obtenção de materiais radioativos e a união deles com explosivos):

Technically, it is possible for terrorists to employ any of several hundred models of some twenty thousand nuclear bombs in the global inventory. Realistically, nuclear terrorists are most likely to use a small weapon stolen from the arsenal of one of the nuclear states, or an elementary nuclear bomb made from stolen highly enriched’s or materials... [[12]](#footnote-12) (ALLISON, 2004, p. 46)

Essa bomba suja poderia ser utilizada em lugares estratégicos, haja visto que o número de vítimas de uma explosão dessas não seria elevado. O problema em si não é o número de causalidades no momento em si, mas sim o quanto isso impactaria no futuro, seja através da contaminação de um suprimento de água ou então da memória que ficaria abalada: “O terrorismo é uma forma de guerra assimétrica — uma tática dos fracos contra os fortes — que reforça a psicologia do medo para criar danos emocionais que são desproporcionais aos danos em vidas e propriedades.” (PINKER, 2011, p. 315).

Dessa maneira, o medo resultante de um atentado duraria anos após o fato, o exemplo perfeito disso é o que aconteceu com o 11 de Setembro, ato que ainda que o número de vítimas tenha sido pequeno se comparado aos conflitos em que os Estados Unidos se envolveram na mesma década, são pessoas que morreram com uma facilidade de tremenda e de um modo inesperado, que pode voltar a acontecer em qualquer momento:

WHY DO YOU use an axe when you can use a bulldozer?" That was Osama bin Ladens question in 1996 to Khalid Sheikh Mohammed, the chief planner of what grew into the most deadly attack on the American homeland in the nation’s history. Mohammed is now in American custody, the highest-ranking Al Qaeda leader captured to date in the war on terrorism. He has told interrogators that the "axe" to which bin Laden referred was his proposal to charter a small plane, fill it with explosives, and crash it into CIA headquarters in Langley, Virginia. Bin Laden sent him back to the drawing board with a charge to devise a more dramatic, devastating blow against the "hated enemy. [[13]](#footnote-13) (ALLISON, 2004, p. 19)

Além da necessidade de uma fiscalização maior sobre os materiais físseis por parte dos países (e maior financiamento para a AIEA auxiliar na fiscalização) que trabalham com o enriquecimento de urânio, é essencial apoiar os diferentes meios que possam proporcionar o desarmamento nuclear. Para que seja possível diminuir ao máximo o número de vítimas que possam decorrer de uma ação terrorista. Pois apesar do TNP tratar da não proliferação horizontal (entre os Estados) ele não menciona o risco de atores não estatais terem acesso as armas nucleares, e nem da proibição desse feito, é uma lacuna do tratado em não abordar a proliferação vertical.

Assim sendo, o objetivo desse capítulo além da dar um panorama inicial dos riscos apresentados pelas armas nucleares, foi também o de começar demonstrando a hipótese inicialmente proposta, de que não existe somente um único caminho a ser seguido que colabore para o desarmamento nuclear.

Assim que o poderio dessas armas fora demonstrado ao mundo, diversos movimento contrários à sua utilização passaram a existir, construindo aos poucos um movimento que já possui décadas de existência, os próximos capítulos tratam com mais afinco quais são os possíveis caminhos que colaboram com o desarmamento nuclear. O próximo capítulo inteiro será dedicado a fundamentação das Fontes de Direito Internacional Público que foram construídas ao longo do tempo em busca de diferentes vertentes que possam colaborar para o desarmamento nuclear.

# CAPÍTULO 2 – Construção das Fontes de Direito Internacional Público em prol do Desarmamento Nuclear

O presente capítulo tem por objetivo tratar da construção das fontes de Direito Internacional Público que corroboram para o controle e o desarmamento nuclear. Primeiramente, serão abordados os principais tratados internacionais multilaterais sobre o tema. Por conseguinte, serão relatados quais são os casos que coube a Corte Internacional de Justiça julgar ou emitir opinião consultiva referentes a fontes de Direito Internacional com questão nuclear. Por fim, uma construção, com o auxílio do livro do Juiz brasileiro da CIJ, que visa a proteção da vida humana.

# 2.1 – Aco**rdo**s internacionais multilaterais sobre desarmamento

São duas as principais formas de contribuir para um futuro livre de armas nucleares:

“A construção de um mundo livre de armas nucleares se divide basicamente em duas frentes: a não proliferação nuclear, que é o congelamento do número de detentores, e o desarmamento nuclear, que pouco avançou dado o total desinteresse dos Estados nucleares em perderem esse status que lhe conferem grande peso em política internacional.” (SILVA, 2017, p. 6)

Dos tratados a seguir, diversos são focados na não proliferação e no maior controle dos materiais físseis. Esse fato se deve a dificuldade em construir um tratado que visa a extinção das armas nucleares ao redor de todo mundo. O TPAN é extremamente importante por isso, pois é um tratado que tenta proibir completamente as armas nucleares, mas pouco mais de 50 países o ratificaram. Isso porque, há uma forte resistência das potências nuclearmente armadas e de seus aliados, os quais dispõem dessas armas por intermédio de tratados com as potências, como é o caso da OTAN. No entanto, o tema é tão importante, que diversos presidentes dos EUA já deram discursos da necessidade de acordos internacionais que iniciem a campanha de desarmamento.

A exemplo do forte discurso do presidente Eisenhower que culminou na fundação da AIEA, que se tornaria a principal agência fiscalizadora dos materiais físseis e de sua utilização para fins pacíficos:

Em dezembro de 1953, perante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU (*United Nations Organisation* ou simplesmente *United Nations - UN*), os EUA lançaram o “Programa Átomos para a Paz”, que previa a retirada de material físsil dos arsenais militares e sua utilização para fins pacíficos. Os entendimentos conduziram a uma Conferência da ONU, em outubro de 1956, para negociar o estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA (*International Atomic Energy Agency – IAEA*). A AIEA foi criada para fomentar a contribuição da energia atômica para a paz, o bem-estar e a prosperidade dos povos, atuando para evitar o desenvolvimento para fins militares. Para tal, a AIEA deve estabelecer e administrar medidas adequadas de salvaguardas para o setor nuclear. (DAMASO, 2019, p. 4)

O estatuto da AIEA foi aprovado em 1956, porém só entraria em vigor em 1957. A Agência auxilia na utilização dos materiais nucleares para fins pacíficos através de suas salvaguardas e atua na fiscalização ao redor do mundo. Em outras palavras, ela estará inclusa em diversos artigos dos principais tratados de desarmamento nuclear, principalmente como órgão fiscalizador. Tema que é bem elucidado no artigo XII de seu estatuto (1957), onde tratam especificamente das salvaguardas da Agência quando ela for convocada. A seguir, serão abordados os principais tratados multilaterais que envolvem armas nucleares.

# 2.1.1 – Principais tratados internacionais sobre controle e desarmamento nuclear

**Tratado de Proibição Parcial de Ensaios Nucleares (1963)**

O PTBT, como elucidado na primeira parte do tratado, tem como objetivo: “Seeking to achieve the discontinuance of all test explosions of nuclear weapons for all time, determined to continue negotiations to this end, and desiring to put an end to the contamination of man’s environment by radioactive substances…” [[14]](#footnote-14) (TRATADO de Proibição Parcial de Ensaios Nucleares, 1963).

Em seu primeiro artigo explora que as os membros parte devem evitar, prevenir e nem levar adiante nenhum teste nuclear sob sua jurisdição, sejam na atmosfera, no espaço sideral, ou no fundo do mar. É um tratado que tinha por objetivo preparar o terreno para a entrada de um acordo mais abrangente, que viria a ser o CTBT, porém como será mencionado a seguir, ainda não entrou em vigor. Conta com 125 Estados parte e 104 signatários.

**Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1968)**

O TNP entra em vigor em 1970, e aliado a AIEA, tornou-se o principal mecanismo de “freio” no aumento dos números de países que poderiam dispor de armas nucleares. E continuará por alguns anos ainda como o principal, mesmo já fazendo algumas décadas do tempo em que entrou em atividade.

O projeto de um tratado que impedisse o aumento no número de países que detêm armas nucleares foi inicialmente pensado pelas duas potências nucleares (URSS e EUA) para que fosse possível do ponto de vista estratégico limitar ao máximo as nações com armas nucleares. Porém, até o tratado ser levado a Assembleia Geral, os 5 países do Conselho de Segurança já possuíam armas nucleares.

Há uma divisão bem clara nele, no que tange aos países nuclearmente armados (NWS) dos não armados, e de quais as respectivas ações que cada um deve tomar. No artigo primeiro faz menção a não transferência de armas nucleares por parte dos NWS. O segundo artigo, do não recebimento dos países não nucleares de armas nucleares. O terceiro trará um mecanismo de salvaguardas e o V explica que todos os Estados possuem direito de buscar a energia nuclear para fins pacíficos.

Entre as obrigações também está a facilitação da aplicação dos mecanismos de salvaguardas implementados pela AIEA, através do acesso pacífico as instalações de pesquisa nucleares. Ademais, a utilização da energia nuclear deverá se dar apenas para pesquisas e não para o desenvolvimento bélico. O tratado foi criticado por muitos dos Estados que não possuíam armas nucleares, por considerado abusivo e segregacionista. Porém, é visto como uma das principais fontes do Direito Internacional que auxiliou no controle do número de armas nucleares em circulação.

É valido também ressaltar o VI Artigo:

Each of the Parties to the Treaty undertakes to pursue negotiations in good faith on effective measures relating to cessation of the nuclear arms race at an early date and to nuclear disarmament, and on a treaty on general and complete disarmament under strict and effective international control. [[15]](#footnote-15) (TRATADO de não proliferação de armas nucleares, 1970)

Em que ele trata também do objetivo futuro, que é o de cessar a corrida armamentista e iniciar um processo de desnuclearização. No entanto, apesar das reuniões quinquenais do Tratado, o artigo VI é constantemente relativizado, pois o processo de desnuclearização não se dará tão cedo. Conta com 191 Estados parte e 93 signatários.

**Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares – CTBT (1996)**

Começa já no primeiro artigo, no que tange as obrigações, tratando que, os Estados signatários do tratado se comprometem a não fazer quaisquer testes com armas nucleares sob sua jurisdição ou controle, assim como não encorajar ou possuir participação em testes nucleares. É um tratado bastante importante, e que seria um ótimo começo para deixar o globo um local mais seguro, porém, apesar das conversas sobre ele já ocorrerem desde o momento da assinatura no PTBT, e ele ser aberto para assinaturas em 1996, ainda não se encontra em exercício.

Isso é principalmente devido ao artigo XIV, que cita que uma série de 44 Estados precisam ratificar o tratado para ele entrar em prática. Ainda não se encontra em atividade, pois alguns dos países mencionados no texto, optaram por não ratificar. Possui 170 Estados parte e 185 signatários.

**Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares – TPAN (2017)**

No primeiro artigo do tratado são abordadas as proibições:

1. Cada Estado parte se compromete a nunca y bajo ninguna circunstancia:

a) Desarrollar, ensayar, producir, fabricar, adquirir de cualquier otro modo, poseer o almacenar armas nucleares u otros dispositivos explosivos nucleares;

b) Transferir a ningún destinatario armas nucleares u otros dispositivos explosivos nucleares, o el control sobre dichas armas o dispositivos explosivos, de manera directa o indirecta;

c) Recibir la transferencia o el control de armas nucleares u otros dispositivos explosivos nucleares de manera directa o indirecta;

d) Usar o amenazar con usar armas nucleares u otros dispositivos explosivos nucleares;

e) Ayudar, alentar o inducir de cualquier manera a nadie a realizar cualquier actividad prohibida a los Estados partes en virtud del presente Tratado;

f) Solicitar o recibir ayuda de cualquier manera de nadie para realizar cualquier actividad prohibida a los Estados partes en virtud del presente Tratado;

g) Permitir el emplazamiento, la instalación o el despliegue de armas nucleares u otros dispositivos explosivos nucleares en su territorio o en cualquier lugar bajo su jurisdicción o control. (TRATADO sobre a proibição de armas nucleares, 2017)

O segundo fará menção as declarações, ou seja, se os países dispunham ou não, anteriormente de armas nucleares. E o artigo IV irá explicar qual o prazo para a eliminação completa das armas nucleares, bem como a assinatura de um mecanismo de salvaguardas com a AIEA.

O tratado foi aberto a assinaturas em 2017, porém só entrou em vigor em janeiro deste ano (2021), onde, de acordo com o texto, decorreu 90 dias das 50 ratificações requeridas. Atualmente ele conta com 54 países parte e 86 signatários, e já se tornou um dos principais tratados nucleares em existência, pois trata da proibição completa das armas nucleares. A ICAN é um dos principais movimentos que existem atualmente no apoio a assinatura desse tratado, visto sua preocupação com a extinção das armas nucleares, além da indiscutível importância da participação da Sociedade Civil, que será melhor explicada no capítulo 3.

# 2.1.2 – Demais tratados que abordem armas nucleares

**Tratado da Antártica (1961)**

O Tratado da Antártica foi o primeiro acordo a ser negociado com o objetivo do desarmamento. É considerada a primeira Zona Livre de Armas Nucleares do mundo, ainda que não seja encaixada na categorização de zona densamente povoada, pois sua utilização deve ser apenas para pesquisa.

Em seu primeiro artigo explica que está proibida a utilização da antártica para fins militares, pois sua utilização deve ser apenas para fins de exploração pacíficos. No artigo V, aborda que não pode ser utilizada como um depósito dos resíduos radioativos. São 54 Estados parte e 12 signatários.

**Tratado do Espaço Sideral (1967)**

No primeiro artigo, o Tratado afirma que o uso do espaço sideral deverá ser para o benefício de todas as nações, bem como é livre para a exploração por qualquer Estado e sem descriminação. No artigo IV, explica que nenhuma nação deverá colocar armas nucleares, ou qualquer arma de destruição em massa no espaço sideral, na lua, ou em corpos celestes, pois sua utilização será apenas para fins pacíficos. Possuem 111 países que fazem parte e 89 signatários.

**Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destruição em Massa no Leito do Mar e no Fundo do Oceano (1971)**

O título desse tratado é autoexplicativo, os países signatários se comprometem de acordo com o artigo primeiro, a não colocaram armas nucleares ou quaisquer outras armas de destruição em massa no leito do mar ou no fundo do oceano, e também a 12 milhas da costa. Contam com 94 Estados parte e 84 signatários.

**Tratado da Lua (1979)**

No primeiro artigo, já explica que esse tratado não se limita a lua, mas também a outros corpos celestes dentro do sistema solar (exceto a terra, por razões óbvias). No artigo terceiro, explica que não devem ser colocados nenhum tipo de armas de destruição em massa nas regiões acordadas nesse tratado, e também não podem ser utilizados para fins militares, apenas para fins pacíficos. São 18 Estados parte e 11 signatários.

Além desses tratados assinados no auxílio ao controle de armas nucleares, também existem acordos que visam o não estabelecimento de armas nucleares dentro dos territórios de algumas regiões. Eles são conhecidos como Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN), sendo o primeiro deles e precursor dos outros, o Tratado que tornou a América Latina e Caribe livre de armas nucleares em 1967.

# 2.1.3 – Zonas Livres de Armas Nucleares

**Tratado de Tlatelolco (1967)**

O tratado de proibição de armas nucleares na América Latina e Caribe (tratado de Tlatelolco) é o primeiro a ser negociado das áreas livres de armas nucleares em zonas densamente povoadas (primeira das Zonas Livres é a Antártica), ele foi aberto a assinaturas em 1967, porém a entrada em vigor é diferente em cada país.

É um tratado extremamente relevante, pois obriga os países que fazem negócios na região a não transportarem Armas Nucleares, é um comprometimento com respeito as soberanias locais. No artigo primeiro do tratado já deixa bem claro que todos os membros signatários devem fazer uso de materiais físseis apenas para fins de pesquisa e pacíficos, comprometendo-se a não testarem, produzirem ou adquirirem armas nucleares.

**Tratado de Rarotonga (1985)**

Tratado de Zona Livre Nuclear do Pacífico Sul (tratado de Rarotonga) foi aberto para assinaturas em 1985 e entrou em vigor já em 1986. No primeiro artigo trata da área englobada no acordo, no segundo da aplicação sobre essa área, no terceiro os membros se comprometem a não produzir ou adquirirem armas nucleares e no quarto a utilização de materiais nucleares apenas para fins pacíficos.

**Tratado de Bangkok (1995)**

O Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (tratado de Bangkok) foi aberto a assinaturas em 1995 e entrou em vigor em 1997. No artigo primeiro possuem os termos de uso, limitando a região do tratado, a definição de armas nucleares, lixos radioativos e alguns outros termos. No terceiro parágrafo possuem os compromissos básicos, em que nenhum Estado pode produzir, aceitar ou adquirir armas nucleares, assim como não executar testes.

**Tratado de Pelindaba (1996)**

O tratado de zona livre de armas nucleares no continente africano (tratado de Pelindaba) foi aberto a assinaturas em 1996, porém só entrou em vigor em 2009. No primeiro artigo trata do território, no segundo da aplicação no território acordado, no terceiro da renúncia as armas, no quarto da prevenção contra dispositivos nucleares, no quinto da proibição de testes nucleares e o 6 do desmantelamento e destruição das armas nucleares.

**Tratado de Semipalatinsk (2006)**

O tratado de zona livre de armas nucleares na Ásia Central (tratado de Semipalatinsk) é o último tratado aprovado até o presente momento, ele foi aberto a assinaturas em 2006, mas só entrou em vigor em 2009. A Região de Semipalatinsk tem total autoria sobre o tema, posto que sofreram com inúmeros testes nucleares em regiões próximas durante o período da Guerra Fria, e sua população sofreu com as chuvas radioativas, além das milhares realocações. No primeiro parágrafo é a definição dos termos e da região, no segundo é a aplicação sobre a área definida, no terceiro são as obrigações básicas de não adquirir, pesquisar ou permitir no território definido as armas nucleares e no quinto a proibição dos testes nucleares.

Todos esses tratados auxiliam de alguma forma na campanha de desnuclearização. São acordos que começaram a décadas atrás e que ainda são constantemente lembrados por seu forte impacto na elaboração de um futuro livre de armas nucleares. Eles são importantes ainda, pois mostram que a única forma possível de construir um futuro com menos riscos para a humanidade é através da diplomacia e do respeito as diferentes culturas. Na próxima seção, serão abordadas ações que Organizações e países levaram a CIJ, buscando apoio em sua luta pela extinção das armas nucleares.

# 2.2 – Casos da Corte Internacional de Justiça sobre questão nuclear

A Corte Internacional de Justiça, surgiu decorrente da Carta da ONU, e fica sediada em Haia na Holanda. Haia se tornou uma das cidades marco para a paz, isso porque também conta com as primeiras grandes conferências que visavam o controle e o desarmamento nuclear:

As duas Conferências da Haia produziram as primeiras convenções entre grandes potências sobre desarmamento, controle de armamentos, direito internacional aplicável a conflitos armados e crimes de guerra. A ideia de criação de um tribunal internacional com jurisdição compulsória para solucionar controvérsias entre Estados malogrou nessa época, mas posteriormente tornou-se possível criar uma Corte Permanente de Arbitragem, a qual, embora de vida efêmera, foi a precursora da atual Corte Internacional de Justiça (CIJ). (DUARTE, 2014, p. 15-16)

É o principal órgão jurídico da ONU, sua função é solucionar disputas submetidas a ela por Estados em casos de discordâncias, além também de dar pareceres consultivos. O foco dessa seção é tratar dos casos que envolvem questões nucleares e que foram requisitados a ajuda da Corte, não só para solucionar a disputa, mas também para que ela pudesse emitir uma opinião sobre as Armas Nucleares.

Além dos casos aqui tratados, existem ainda outros dois casos que trouxeram armas nucleares. O primeiro é o da França vs. Nova Zelândia e Austrália que foi solucionado por uma série de discursos franceses a mídia que foi entendido como uma fonte de Direito Internacional. O segundo caso é da “Legalidade do uso de armas nucleares por um Estado em conflitos armados” que foi uma requisição da OMS, contudo, ela não atingiu aos critérios necessários para que a Corte pudesse emitir uma opinião consultiva. No primeiro caso a ser tratado aqui é uma requisição da Assembleia Geral da ONU a Corte Internacional de Justiça.

# 2.2.1 – **Legalidade da ameaça ou uso de armas nucleares**

O seguinte caso foi uma solicitação da Assembleia Geral das Nações Unidas durante o 90° encontro, no dia 15 de dezembro de 1994. Foi requisitado ao Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, que solicitasse ao presidente da Corte Internacional de Justiça sobre a legalidade ou a ameaça do uso de armas nucleares, se elas seriam permitidas em alguma circunstância sob a luz do direito internacional?

Entre os argumentos utilizados na requisição pela opinião consultiva estão: as armas nucleares continuam apresentando um risco a existência humana; a utilização dessas armas seriam uma violação da Carta e um crime contra a humanidade; considerando que a eliminação das armas nucleares é a única garantia de que não existiria uma guerra nuclear; e trazendo também o caso solicitado pela Organização Mundial da Saúde (que não seguiu adiante) e a violação que isso apresentaria a própria constituição da OMS.

É interessante ressaltar que durante essa assembleia: “Considérant que l'existence des armes nucléaires et la poursuite de leur mise au point font courir de graves dangers à l'humanité...” [[16]](#footnote-16) (REQUEST, 1994, p. 5). Também salientaram todo o progresso que já se teve na proibição das outras armas de destruição em massa (químicas e bacteriológicas):

Se félicitant des progrès accomplis en ce qui concerne l'interdiction et l'élimination des armes de destruction massive, notamment la conclusion de la convention sur l'interdiction de la mise au point, de la fabrication et du stockage des armes bactériologiques (biologiques) ou à toxines et sur leur destruction et de la convention sur l'interdiction de la mise au point, de la fabrication, du stockage et de l'utilisation d'armes chimiques et sur leur destruction... [[17]](#footnote-17) (REQUEST, 1994, p. 5)

Baseado nesse pedido, a Corte debateu em 1996 tanto sobre a proibição, quanto à autorização. Primeiramente sobre a autorização, foi votado unanimemente que: “There is in neither customary nor conventional international law any specific authorization of the threat or use of nuclear weapons” [[18]](#footnote-18) (ADVISORY OPINION, 1996, p. 44), sendo assim, não existe nada que autorize a utilização de armas nucleares.

Porém, quanto a proibição, também por maioria dos votos, 11 a 3, emitiram: “There is in neither customary nor conventional international law any comprehensive and universal prohibition of the threat or use of nuclear weapons as such” [[19]](#footnote-19) (ADVISORY OPINION, 1996, p. 44). Isso quer dizer que, também não há nenhuma proibição (segundo a CIJ) da utilização dos armamentos nucleares.

Por conseguinte, no que concerne ao debate e a votação que poderiam de fato mostrar que a Corte estaria disposta a condenar os países que utilizassem de armas nucleares, a votação acaba empatada por 7 votos a 7 com o voto de minerva do presidente favorável a emitir a opinião de que:

It follows from the above-mentioned requirements that the threat or use of nuclear weapons would generally be contrary to the rules of international law applicable in armed conflict, and in particular the principles and rules of humanitarian law;

However, in view of the current state of international law, and of the elements of fact at its disposal, the Court cannot conclude definitively whether the threat or use of nuclear weapons would be lawful or unlawful in an extreme circumstance of self-defence, in which the very survival of a State would be at stake. [[20]](#footnote-20) (ADVISORY OPINION, 1996, p. 44)

Sendo assim, segundo a Corte, não conseguiram chegar a uma conclusão definitiva se o Estado poderia utilizar de armas nucleares se fossem para “defesa própria” em que a sobrevivência do Estado pudesse estar em risco. É possível notar um claro amadurecimento e avanço frente as opiniões passadas, por unanimemente terminarem com a seguinte sentença: “There exists an obligation to pursue in good faith and bring to a conclusion negotiation leading to nuclear disarmament in all its aspects under strict and effective international control.” [[21]](#footnote-21) (ADVISORY OPINION, 1996, p. 45).

Isso mostra que a Corte acredita que os Estados devem buscar formas de cessar a corrida armamentista das armas nucleares. Mas, infelizmente, também emitiu que não conseguiu chegar a algo consistente sobre o uso das armas em um caso que a existência do Estado estivesse em risco.

# 2.2.2 – República das Ilhas Marshall vs. Reino Unido, Índia e Paquistão

Por fim, esse último caso denominado de “Obrigações Referentes a Negociações Relativas à Cessação da Corrida das Armas Nucleares e ao Desarmamento Nuclear” faz menção a solicitação da República das Ilhas Marshall aos 9 países que dispõem de armamentos nucleares, em 2014, acusando-os de não estarem seguindo com a obrigação universal do desarmamento nuclear. O título dessa subseção menciona apenas três países, pois, são os que entendem a jurisdição da corte baseado em seu artigo 36 parágrafo 2°, que trata do reconhecimento de que a Corte tem jurisdição sobre quaisquer questões legais levantadas a ela, e, portanto, foram os únicos que enviaram representantes.

Em especial contra o Reino Unido, como ambos são signatários do TNP e os outros dois países não, as Ilhas Marshall adicionaram ao documento que o Reino Unido havia violado o artigo VI, em que ele trata:

“Cada Parte deste Tratado compromete-se a entabular, de boa fé, negociações sobre medidas efetivas para a cessação em data próxima da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um Tratado de desarmamento geral e completo, sob estrito e eficaz controle internacional.” (TRATADO de Não Proliferação, 1970)

Dessa forma, as Ilhas Marshall acusam os três países que a disputa avançou de fato para a Corte (dos originais 9), e no caso do Reino Unido ainda adicionaram a parte que menciona o artigo citado do TNP. Os três países afirmam que não há uma questão em disputa, portanto não há como a Corte Internacional de Justiça julgar o caso. No caso do Paquistão e da Índia, a Corte, em 2016, aceita que não há uma disputa jurídica entre as partes, portanto ela é incompetente a julgar o caso:

The Court, By nine votes to seven, Upholds the objection to jurisdiction raised by Pakistan, based on the absence of a dispute between the Parties…” [[22]](#footnote-22) (JUDGMENT MARSHALL ISLANDS v. PAKISTAN), 2016, p. 25)

The Court, By nine votes to seven, Upholds the objection to jurisdiction raised by India, based on the absence of a dispute between the Parties… [[23]](#footnote-23) (JUDGMENT MARSHALL ISLANDS v. INDIA, 2016, p. 26)

No caso do Reino Unido, foi apresentado o mesmo argumento e ainda que a votação tenha sido um pouco mais acirrada, por ambos serem parte do TNP, o voto de minerva do presidente foi favorável a mesma falta de uma disputa entre as partes: “The Court, By eight votes to eight, by the President’s casting vote, Upholds the first preliminary objection to jurisdiction raised by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, based on the absence of a dispute between the Parties” [[24]](#footnote-24) (JUDGMENT MARSHALL ISLANDS v. UNITED KINGDOM, 2016, p. 27). Por 10 votos a 6 no da Índia e Paquistão, e 9 a 7 no do Reino Unido, prosseguiu com o mesmo argumento de que não seria possível seguir adiante com o mérito do caso.

O tema desse caso foi tão inquietante que o mais longo e famoso voto dissidente, o do brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade se torna um livro solicitado pela Fundação Alexandre Gusmão, e é ele que será tratado nessa próxima seção.

# 2.3 – “A Obrigação Universal do Desarmamento Nuclear” e a necessidade de proteção a vida

O Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade em desacordo com a decisão tomada ela Corte no caso levado ao tribunal pelas Ilhas Marshall, escreve um extenso Voto Dissidente, expressando através dele todos os seus argumentos em prol do desarmamento, e se distanciando do posicionamento tomado por parte dos demais juízes. Ganha um prefácio do Embaixador Sergio de Queiroz Duarte, com uma citação sobre os efeitos dos testes nucleares na região das Ilhas Marshall:

Ao longo dos doze anos de duração dos 67 experimentos as populações das demais ilhas e atóis também sofreram graves danos e algumas foram completamente evacuadas pela Marinha norte-americana. Alimentos e água potável foram constantemente contaminados. As pessoas vomitavam, os cabelos começaram a cair. Pústulas e queimaduras se formaram em suas peles. A incidência de câncer aumentou desproporcionalmente, assim como a de deformações em recém-nascidos, e de doenças crônicas cardíacas, da tireoide, pulmões, ossos e aparelho digestivo. Centenas de toneladas de peixes e outros animais marinhos capturados por barcos pesqueiros sofreram contaminação e tiveram que ser destruídos. (DUARTE, 2017, p. 29).

Ainda que tais efeitos colaterais foram indenizados pelos EUA, que fizeram testes na região no período da Guerra Fria, através de um fundo milionário enviado ao governo, é de conhecimento que certas áreas da região foram perdidas por tempo indeterminado. Assim como os casos de câncer decorrentes dos testes aumentaram significativamente.

O Juiz começa então explicando que o argumento de que é necessário um aviso prévio da disputa, não se encontra em lugar nenhum na jurisdição da Corte. Dessa forma, segundo ele, não há nenhuma necessidade de que precisam ser exauridas as formas de negociações diplomáticas antes de haver uma disputa jurídica para que só então possa ser levado o caso à Corte.

Para o autor, a partir do momento em que há uma oposição de argumentações sobre um objeto, já existe um caso a ser julgado:

There is a consistent course of distinct conducts by the two contending parties. This is followed by a claim, as to the substance of the matter at issue. This is sufficient for a dispute to crystallize; nothing more is required. The United Kingdom’s subsequent submissions before the ICJ confirm the opposition of legal views: suffice it to mention that the United Kingdom stated that the allegations brought by the Marshall Islands are “manifestly unfounded on the merits”: this is a clear opposition to the Marshall Islands’ claim. A dispute already existed on the date of filing of the Application in the *cas d’espèce*, and the subsequent arguments of the parties before the Court confirm that. [[25]](#footnote-25) (TRINDADE, 2017, p. 69-70)

Existem diversos tratados internacionais, ainda que não abordem especificamente as Armas Nucleares em si, exigem o direito à vida, a proteção dos civis, dos não combatentes e diversas outras pautas que seriam violados em um conflito nuclear. Isso porquê as armas nucleares não podem ser limitadas a um espaço e apenas ao conflito, mas sua devastação perpassa por todo o ambiente, assim como seus efeitos duram longos anos após sua utilização.

A exemplo disso, conforme mencionado por Cançado (2017), existe a Cláusula Martens, segundo ele, a Corte poderia ter utilizado no caso de 1996 da racionalidade dessa Cláusula para levar a uma opinião que seria benéfica para o fim da corrida armamentista. Ela foi formulada na primeira conferência de Haia em 1899, sendo apresentada pelo delegado russo Friedrich von Martens, e trata que:

A Cláusula de Martens estipula que aquilo que não está explicitamente proibido por um tratado não é permitido *ipso facto*, pois as limitações aos conflitos armados não são apenas estabelecidas pelos tratados internacionais, mas também pelos princípios do Direito Internacional que os complementam. (WITTMANN; VIEIRA, 2010, p. 43)

Em resumo, ela por si só já invalidaria todos os argumentos contraditórios dos países que possuem armas nucleares, e acreditam que pelo fato de não haver nenhuma proibição direta a utilização dos armamentos nucleares, eles são permitidos. São tantos os documentos que a Corte poderia ter embasado a sua opinião. Outro exemplo pode ser dado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, já no seu artigo terceiro afirma que “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (ONU, 1948), a utilização da arma nuclear iria contra todos os direitos acima mencionados.

Ademais, a Carta da ONU (1945) ainda que tenha sido elaborada antes da utilização de armas nucleares trata, no começo dela, em seu preâmbulo que poupariam as gerações vindouras do “flagelo da Guerra”, bem como não haveria distinção nem discriminação de países grandes ou pequenos, reafirmariam os direitos de bem estar social e respeitariam os tratados internacionais e todas as obrigações que derivariam deles:

It should be kept in mind that the United Nations Charter was adopted on 26.06.1945 on behalf of “we, the peoples of the United Nations”. In several provisions it expresses its concern with the living conditions of all peoples (preamble, Articles 55, 73(a), 76, 80), and calls for the promotion of, and universal respect for, human rights (Articles 55(c), 62(2), 68, 76(c)). It invokes the “principles of justice and international law” (Article 1(1), and refers to “justice and respect for the obligations arising from treaties and other sources of international law” (preamble). It further states that the Statute of the ICJ, “the principal judicial organ of the United Nations”, forms “an integral part” of the U.N. Charter itself (Article 92). [[26]](#footnote-26) (TRINDADE, 2017, p. 122-123)

As Conferências de Haia, além da mencionada acima de 1899, tem a de 1907 e também as convenções de Genebra de 1949 que auxiliaram tanto na construção de fontes do Direito Internacional Público que tentam tornar a guerra menos assimétrica, e que ajudam na construção do Direito Internacional Humanitário, porque não usar essa construção? As Convenções de Genebra que trazem em si um artigo em comum, que é o de proteção ao não combatente, aos feridos e doentes, e aos náufragos (CICV, 2010). Além disso, renderam anos mais tarde um protocolo adicional as Convenções de Genebra da distinção aos não combatentes:

Princípio da distinção: a distinção entre civis e combatentes; a proibição de atacar aqueles *hors de combat* (que estão fora das batalhas, impossibilitados de continuar). A regra da distinção*,* prevista no art. 48 do Protocolo Adicional I de 1977, avalia que “com vista a assegurar o respeito e a proteção da população civil e dos bens de caráter civil, as partes em um conflito devem sempre fazer a distinção entre população civil e combatentes, assim como entre bens de caráter civil e objetivos militares, devendo, portanto, dirigir suas operações unicamente contra objetivos militares. (WITTMANN; VIEIRA, 2010, p. 44)

As Convenções de Genebra nesse século aumentaram o número de países que ratificarem o acordo, ultrapassando os 190. Isso quer dizer que elas são aplicáveis em quase todo o globo, logo, a utilização de armas nucleares em um conflito contraria um acordo que os próprios países portadores de armas nucleares fazem parte.

É possível ainda mencionar que a utilização das armas seria contra a “Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio” adotada em 1948 na terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que entrou em vigor em 1951, e que já foi tratado no capítulo I deste trabalho, que a utilização de uma Bomba Atômica ocasionaria na eliminação de centenas de milhares de pessoas, portanto, violaria o artigo segundo desse tratado.

Não faltam normas jurídicas, nem acordos internacionais, que apesar de não fazerem menção as armas nucleares, tratam de todos os impactos que elas deixariam na humanidade caso fossem utilizadas:

A small group of States – such as the NWS – cannot overlook or minimize those reiterated resolutions, extended in time, simply because they voted against them, or abstained. Once adopted, they are valid for all U.N. member States. They are resolutions of the United Nations Organization itself, and not only of the large majority of U.N. member States which voted in favour of them. U.N. General Assembly resolutions, reiteratedly addressing matters of concern to humankind as a whole (such as existing nuclear weapons), are in my view endowed with normative value. They cannot be properly considered from a State voluntarist perspective; they call for another approach, away from the strict voluntarist-positivist one. [[27]](#footnote-27) (TRINDADE, 2017, p. 216)

Apesar do cenário estar com um realismo predominante, não se deve deixar isso atrapalhar o trabalho de tantas pessoas em prol do desarmamento nuclear, pois todos os caminhos que são construídos e levem a um menor número de armas nucleares, deve ser salientado, como é o caso do Juiz da Corte tratado nessa seção, que vem atuando nisso a alguns anos. Além da atuação de países que visam assegurar um futuro livres de armas nucleares através da diplomacia. O exemplo da Sociedade Civil Global, que vem se fortalecendo com organizações como o ICAN, o Global Zero e a Cruz Vermelha nas suas diferentes facetas: “Often the biggest obstacle to solving a problem is convincing one’s self that a solution is possible. At a time when there is tremendous nuclear pessimism in the world, it is heartening to realize that there is also a great deal of good news.” [[28]](#footnote-28) (CIRINCIONE, 2007, p. 126)

Esse capítulo teve por intuito elucidar as Fontes de Direito Internacional Público que existem sobre desarmamento, abordando diretamente como são os tratados internacionais de caráter multilateral e os casos da Corte. Considerando que não há um caminho único para o desarmamento nuclear, as buscas por acordos e negociações que possam ser benéficos para os atores envolvidos já leva décadas. Isso é uma demonstração de alguns caminhos que contribuem para um horizonte com maior controle nuclear, e até quem sabe livre dessas armas.

É com esse intuito que parte do próximo capítulo será dedicado, procurando demonstrar mais atores que fazem parte da busca pelo controle e desarmamento, e quais diferentes formas além das já apresentadas, são buscadas ao longo dos anos para que os avanços nessa área possam continuar e em algum momento, quem sabe, um acordo definitivo possa ser assinado por todas as nações.

# CAPÍTULO 3 – Caminhos para o Desarmamento Nuclear

O presente capítulo tem como objetivo colaborar com a hipótese levantada ao longo do texto de que não existe caminho único para a construção do desarmamento nuclear. Mas sim, a construção de diferentes trajetos, tanto através do multilateralismo e da governança global, como também do bilateralismo e da atuação da Sociedade Civil que auxiliam na elaboração de um futuro em que haja um controle das armas nucleares e quem sabe a desnuclearização.

Diversas tentativas já foram feitas, e é com base nisso que essa parte foi escrita, visando buscar mais formas que auxiliem em um manejo mais seguro das armas atômicas, e até quem sabe, futuramente, a destruição completa dessas armas. Portanto, uma possível forma de tratar o tema é ressaltar todas as vias que levem ao desarmamento e a um maior controle nuclear.

# 3.1 – Multilateralismo e a Governança Global

O debate acerca do desarmamento nuclear já existe há décadas, milhares de diplomatas, políticos, funcionários e tantas outras pessoas se empenharam e chegaram a diversos acordos. O tema do controle e da diminuição do arsenal nuclear já avançou significativamente, principalmente na questão da não proliferação.

Diversas formas de procedimentos já foram dadas ao tema, a mais recente foi baseada no impacto humanitário que as armas nucleares iriam causariam quando utilizadas. Foi bastante difundida pela Sociedade Civil Global, que auxiliou na construção do TPAN, um acordo que seria extremamente inovador para o mundo, pois trata da destruição completa das armas nucleares.

Ainda que mais de 50 Estados tenham assinado o acordo, o escopo do tratado (os países que dispõem de um arsenal nuclear), não se mobilizaram com essa tentativa. Fato que confere que não existe um caminho correto e único para ser seguido, mas sim que, todas as formas que auxiliem na construção de um controle mais eficaz das armas nucleares devem ser encorajadas. É com base nisso que essa seção tem por objetivo tratar de diversos caminhos, com características diferentes, e que colaboram para a hipótese principal de que o desarmamento está em constante produção.

A governança global valorizará a atuação de mais membros da Sociedade Internacional (atores estatais, não estatais e a sociedade civil) para atingir uma determinada meta, trata-se de um Sistema Multilateral que busca a superação das desigualdades com base na diplomacia. Os Estados não são mais os únicos atores, e, portanto, é necessária uma rodada de negociações para que o objetivo em comum possa ser atingido. Cada uma das partes da governança dispõe de estruturas diferentes. Dessa maneira, são elaborados diretrizes e instituições para que sejam capazes de atender a demanda e dar uma solução ao assunto em contenda (GONÇALVES, 2011).

Global governance consists of formal and informal arrangements that provide more order and stability than would occur otherwise. The *content* of global governance embraces the totality of laws, norms, policies and institutions that define, constitute and mediate relations between citizens, societies, markets and states in the international system – the wielders and objects of the exercise of international public power. [[29]](#footnote-29) (THAKUR, 2015, p. 201)

A estabilidade gerada por acordos feitos através da governança global pode ser mais segura e durável. Ela possui a capacidade de unir diferentes faces da sociedade global, e é um sistema que busca a superação das assimetrias, em que não há ator principal, mas sim entidades que tem finalidades em comum. A Governança tem como objetivo tratar todos os atores envolvidos no processo de maneira mais igualitária, mais horizontal, com menos autoridade e imposições de um dos lados da balança (BÔAS FILHO, 2016).

Dessa forma, busca superar os entraves e as questões excludentes com que diversos outros acordos internacionais foram feitos. É um mecanismo que tenta atingir todas as camadas possíveis da Sociedade Internacional, e elaborar com base na diplomacia objetivos que serão benéficos para todos.

A estrutura da governança global visaria trazer os principais agentes no tema das armas nucleares (THAKUR, 2015), são eles: os atores estatais; a Sociedade Civil Global; as Organizações Internacionais, entre outros. É uma estrutura de um sistema multilateral e que busca apoio de todos os atores na construção de um entendimento comum. Nessa próxima subseção será dado o exemplo da AIEA como um mecanismo de sucesso da governança global e do multilateralismo do Sistema Internacional.

# 3.1.1 – Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

A AIEA é um mecanismo que foi criado com o intuito de ser o “*nuclear watchdog*” traduzido como “guardião nuclear” (CRISTÓVÃO, 2020). Pois é um fiscal de uma série de normas para a utilização pacífica da energia atômica, assim como um órgão independente, ainda que faça parte da ONU.

A Agência é criada em 1957, e é importante salientar também a atuação da diplomacia brasileira, que colaborou e muito para a criação da agência (fez parte do grupo seleto de países a atuar na criação do estatuto) e mantêm relações diretas desde a sua criação, como é possível notar a participação da AIEA no tratado bilateral que formou a ABACC. É conhecido como um órgão de diplomacia nuclear, pois, além de atuar na fiscalização, também visa impedir que novas potências adquiram armas nucleares (PEROSA, 2014).

Ela possui sua base normativa através da implementação de seu Estatuto, em que ele vai nortear quais são as funções da Agência (auxiliar e encorajar o uso pacífico da energia nuclear, artigo III), seus objetivos (evitar a utilização do conhecimento para finalidade militar, artigo II) e também as suas salvaguardas, expressas no artigo XII (AIEA, 1956).

É pelo seu mecanismo de salvaguardas, assinado por mais de 170 países, que a agência será autorizada pelos Estados a atuar na fiscalização do uso dos materiais físseis e das instalações, prevenindo e evitando que ocorra a proliferação nuclear voltada ao regime belicista. Assim como também requisita relatórios técnicos anuais dos países em questão, para que possa garantir que essas instalações não sejam utilizadas com fins militares e ver se estão cumprindo com as obrigações expressas tanto em seu Estatuto como no TNP.

Sua governança também é exercida pelo regime de Segurança Internacional que a Agência auxilia na consolidação, pois além de ser um órgão fiscalizador dos Estados, também atua junto a eles na prevenção do terrorismo nuclear. Ela possui uma base de dados “*Illicit Trafficking Database*” que ajuda ela a ter um controle sobre roubos ou uso não autorizados dos materiais atômicos (CRISTÓVÃO, 2020). Sua atuação é conferida pelos Estados membros tanto do TNP como os que assinaram o seu Estatuto, permitindo a implementação das salvaguardas, a exceção de três Estados que não são signatários do TNP, mas que são partes do mecanismo de salvaguardas da Agência, são eles a Índia, o Paquistão e Israel (CRISTÓVÃO, 2020).

A AIEA conta também com diversos acordos bilaterais entre os países para que possa atuar na fiscalização das áreas que são utilizadas para pesquisa nuclear. Quando os países possuem instalações com armamentos nucleares, como é o caso dos NWS, ela possui acordos para facilitar o acesso aos lugares, e conferir se os relatórios lançados anualmente estão de acordo com o material investigado (HIBBS, 2012).

Com relação ao TNP, no artigo terceiro, tornou o papel da Agência ainda mais importante como fiscalizadora no cumprimento do Tratado:

O texto do TNP reforçava o regime de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e consagrava a legitimidade do uso pacífico da energia nuclear, da mesma forma que reconhecia a necessidade de pôr termo aos testes de explosão nuclear e dar início a um amplo processo de desarmamento (FONSECA, 2012, p. 54)

Ademais, ainda atuou na elaboração do Protocolo Adicional de 1997, o qual visa conferir a ela maior poder e acesso as instalações das nações, evitando que haja surpresas negativas no cenário internacional (FONSECA, 2012).

No entanto, não possui nenhum poder para obrigar os Estados a seguirem as suas recomendações, por isso ela é responsável “apenas” por fazer relatórios que são enviados a Assembleia Geral da ONU e ao Conselho de Segurança:

It is important to note that the IAEA has neither the authority nor the means to physically prevent the diversion of material or misuse of equipment. Accordingly, the primary tool for addressing non-compliance is the reporting of such non-compliance to the IAEA Member States, and to the Security Council and the General Assembly. This reporting mechanism ensures that the international community can take corrective actions as deemed appropriate. [[30]](#footnote-30) (HEINONEN, 2020,p. 10)

A AIEA possui um caráter e importância inquestionável, com vínculos entre diferentes partes do Sistema Internacional, ela proporciona uma espécie de Governança própria, ao se relacionar tanto em tratados bilaterais como multilaterais, além de interações com atores não estatais. Sua atuação na questão da não-proliferação e no controle dos materiais físseis se torna a cada dia mais importante, é um órgão que merece todo o respeito que têm e que age para que a utilização da energia atômica se dê somente para fins pacíficos.

É um ator que contribuiu muito e que vai continuar contribuindo para um amanhã mais seguro, e é sem dúvidas um caminho a ser endossado na colaboração para o fim da corrida nuclear. A próxima subseção tratará do bilateralismo como mais uma forma de contribuir para a desnuclearização, e trará uma análise do caso ABACC como um mecanismo de sucesso.

# 3.2 – Bilateralismo

Outro passo que é importante notar ao longo da construção do desarmamento nuclear, é através dos acordos assinados pelo bilateralismo. São acordos assinados entre dois Estados que podem ser relacionados desde a comércio (como são a maior parte dos tratados bilaterais) como também a questões variadas, a exemplo das questões nucleares.

Por muito tempo os acordos bilaterais que foram se concretizando entre a URSS e os EUA eram o principal meio que o mundo tinha de evitar que uma nova guerra de proporções mundiais ocorresse. O foco dessa seção é o Tratado de Formação da ABACC, no entanto, é indiscutível a importância dos diversos acordos entre os EUA e a Rússia (ou URSS) visando a diminuição de seus arsenais nucleares.

# 3.2.1 – Tratados URSS/Rússia e EUA

Talvez os acordos mais relevantes para o mundo sejam de fato os feitos pelos EUA e a Rússia (ou URSS). Haja visto que relacionou as duas maiores potências atômicas do mundo, e diminuiu e muito a capacidade de destruição de ambas. Alguns acordos a serem ressaltados são: SALT I e SALT II (Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas) assinados respectivamente em 1972 e 1979 visando diminuir o número desse tipo de armamento em atividade. Isso porquê ambos países possuíam medo do alcance que as armas nucleares poderiam ter, principalmente os EUA, pois se encontram em outro continente, logo, tentam diminuir ao máximo o número de mísseis de longo alcance em circulação.

O ABM (Tratado Antimísseis Balísticos) assinado em 1972 com o objetivo de limitar a 200 mísseis desse tipo por Estado, acordo que foi renovado com os países que faziam parte da URSS mesmo após o seu fim, porém em 2002 os EUA decidiram se retirar o acordo. O INF (Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário) entrando em vigor em 1988, reduzindo vetores das armas de alcance intermediários, totalizando quase 2700 armas de alcance intermediários destruídas em apenas 3 anos de vigor do tratado, resultando no fim de quase a totalidade dos armamentos desse tipo (DUARTE, 2014).

Ademais, os tratados conhecidos como START (Tratado de Redução de Armas Estratégicas), assinado em 1991, o qual limitava o número de vetores e de ogivas nucleares de ambos os lados. Esse tratado gerou a redução de um terço (1/3) do número de ogivas nucleares que cada um dos Estados dispunha, foi um dos principais acordos do período, haja visto que demonstrou um avanço diplomático nas relações dos Estados.

Importante tratar também do SORT (Tratado de Reduções Estratégicas Ofensivas) assinado em 2002 e que depois se desenvolveu no Novo START, assinado em 2009 e impondo novamente um limite de vetores e de ogivas para as duas nações atingirem até o ano de 2018 (DUARTE, 2014), do qual os EUA da era Trump tentaram se retirar, mas sem êxito, pois perdeu a corrida presidencial, o que ocasionou na renovação do acordo até o ano de 2026.

São acordos bastante relevantes para o cenário internacional, principalmente por limitarem a capacidade de destruição enorme que as armas nucleares possuíram durante a Guerra Fria. No entanto, aqui para a América do Sul, é sem dúvidas o avanço nas relações diplomáticas do Brasil e da Argentina e a formação da ABACC que deve ser salientado. A Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares ela veio para consolidar as negociações e o fim da busca por armas nucleares. Ademais, ela auxiliou as duas novas potências regionais a consolidar o foco da utilização da energia atômica apenas para fins de pesquisa nuclear e para o uso pacífico, e momentos depois, consolidassem de vez a tão almejada Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco).

# 3.2.2 - ABACC

Brasil e Argentina avançaram seus processos de pesquisa com materiais radioativos na década de 60 e 70, quando ambos ainda tinham por objetivo a pesquisa não apenas para fins pacíficos, mas também bélicos, e pelo desejo de assumirem a liderança regional (ARGÜELLO, 2016). Isso gerou uma preocupação no mundo, por conta da questão da não proliferação e fez com que os EUA representado por um ator não relacionado diretamente ao Estado iniciasse conversas com o objetivo de evitar que novas potências adquirissem armas nucleares (PATTI 2016).

Essas desconfianças começaram a ter fim com a elaboração do Tratado tripartite da Itaipu, em 1979 (BATISTA, 2018), o qual tinha por objetivo a construção da Usina hidrelétrica para o aproveitamento da energia que viria do Rio Paraná. Já em 1985, com o fim das ditaduras tanto no Brasil como na Argentina, os países buscavam mecanismos de melhorar o comércio regional, e é através da declaração do Iguaçu que é lançado a ideia de uma integração regional do cone sul, e nesse mesmo encontro, assinam um acordo referente ao uso pacífico da energia nuclear (BATISTA, 2018).

Graças a essa aproximação crescente, um novo acordo pode ser definido: “Em continuidade a este movimento de aproximação, houve a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, firmado em 30 de novembro de 1988.” (BATISTA, p. 94, 2018). Esse acordo demonstrou não só uma maior aproximação das nações nos mais diferentes setores, como também estaria aberto aos demais países do cone sul que quisessem entrar (BATISTA, 2018), é através dessa construção que as rédeas do atual Mercosul estavam dadas.

A Argentina estava inclinada a aceitar a proposta de criação de uma Agência em conjunto com o Brasil, com cunho de pesquisa no setor nuclear, porém o Brasil ainda estava sob vigência do Regime militar, e como não foi uma proposta direta do governo dos EUA, não aceitou o acordo. Foi somente em 1990 que as conversas foram reiniciadas, e em 1991 o objetivo anteriormente proposto foi conseguido, com a criação da ABACC (PATTI, 2016).

Em 18 de julho de 1991, Brasil e Argentina assinaram o acordo de Guadalajara e estabeleceram o primeiro e, até a presente data, único mecanismo bilateral de verificação e salvaguarda nuclear: a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A criação da Agência selou a parceria estratégica entre Brasil e Argentina: as desconfianças e disputas geopolíticas que marcaram as relações entre os dois países até o final da década de 1970 foram substituídas pela confiança mútua e pela cooperação. (PLUM, 2016, p. 84)

Os países disputavam o controle do comércio regional, e por conta de uma rivalidade as relações diplomáticas estavam emperradas (MALLEA, 2016). Com a aproximação das duas potências há uma mudança de mentalidade, em que elas não precisam mais concorrer entre si, mas sim que deveriam consolidar aqui um polo de poder, e viram na criação dessa agência em conjunto como uma oportunidade para se fortalecerem.

A formação da Agência contribuiu tanto para a segurança global, evitando que os NWS aumentassem, como também para a segurança regional, pelo fato dela ser responsável pela segurança nuclear, evitando o vazamento de quaisquer materiais físseis produzidos em ambos países (MALLEA, 2016). O acordo de formação da agência é considerado quadripartite, pois além de contar com os dois Estados e a ABACC, também conta com a fiscalização e o apoio da AIEA (AMORIM, 2016).

A ABACC adquiriu uma importância bastante grande no cenário da fiscalização de materiais físseis e na prevenção de desenvolvimento de novas armas atômicas:

More than two decades have passed since the establishment of the bilateral system and the Quadripartite Agreement and these arrangements remains solid. Throughout the years, ABACC and the IAEA have been able to credibly demonstrate that nuclear material in both countries are not used for the production of nuclear weapons or other nuclear explosive devices. In addition to avoiding nuclear proliferation, safeguards measures and verification activities conducted by the two organizations are relevant to disarmament. After all, reliable safeguards systems help to create an environment conducive to cooperation on nuclear reductions and disarmament. [[31]](#footnote-31) (DALAQUA, 2016, p. 191)

Dessa forma, é possível notar um esforço bilateral de sucesso, onde os países conseguiram não só conter o avanço da proliferação nuclear, como também criar um mecanismo de pesquisa conjunta de êxito (HERZ; LAGE, 2011). Além desse caminho ser mais um exemplo de um esforço na contenção das armas nucleares, o último caminho a ser mencionado nessa seção é através dos avanços buscados pela Sociedade Civil Global.

# 3.3 – Sociedade Civil Global e o TPAN

A Sociedade Civil Global não está vinculada a apenas um Estado, mas sim é um ator sem fronteiras, que defende pautas que são benéficas para a humanidade como um todo (HORTA, 2020). Ela é constituída por ONGs, ativistas, movimentos, entre outros atores (VIEIRA, 2015)

A SCG participou da construção de dois tratados internacionais de renome antes do TPAN, o primeiro é o Tratado de Banimento das Minas Terrestres Antipessoal, representado pela atuação principalmente da ICBL (Campanha Internacional para a Eliminação de Minas gerando o prêmio Nobel de 1997) e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha:

By applying a people-centred approach to disarmament, the Mine Ban Treaty revolutionised the field. Its adoption demonstrated the power of ‘citizen diplomacy’; under the auspices of the International Campaign to Ban Landmines (ICBL), a global civil society coalition, ‘ordinary people [did] extraordinary things. [[32]](#footnote-32) (DOCHERTY, 2018, p. 5)

O segundo é com a atuação no banimento das Munições Cluster, que é um tipo de munição que se espalham por grandes áreas, contendo compartimentos explosivos que nem sempre são todos acionados na hora. Isso torna o terreno em que elas são lançadas perigoso, pois é uma contaminação explosiva (CICV, 2009). Frente a esse assunto, a Sociedade Civil através dos apelos da Cruz Vermelha lutou ativamente, junto com a formação da CMC (Coligação contra Munições Cluster), até o banimento completo desse tipo de armamento (HORTA, 2020).

Destarte, apesar de ela possuir um caráter multilateral, ela será tratada nesse trabalho de maneira separada. Sua influência e suas ações cresceram enormemente nos últimos anos, haja visto os já mencionados tratados dos quais ela fez parte da construção e também do mais recente, representada pela ICAN (Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares), na elaboração do TPAN, que entrou em vigor no início desse ano, ao atingir mais de 50 assinaturas e decorridos 45 dias dessas assinaturas.

Devido à falta de algum avanço significativo no desarmamento nuclear pelas novas conferências de revisão do TNP que acontecem a cada 5 anos, atores da Sociedade Civil começaram a se mobilizar e pensar em formas alternativas de concretizar essa ação. Assim, em 2006, a ICAN é fundada através do apoio de algumas outras ONGs e de pessoas que já tinham conhecimento de causa por terem trabalhados com temas semelhantes, além de receberem o apoio de organizações da Austrália e mais tarde apoio da Noruega (HORTA, 2020).

A ICAN passou a crescer e se fortalecer, adquirindo o auxílio de centenas de ONGs que entraram como parceiras e também de centenas de países, que se viram representados pelas reinvindicações da Organização (HORTA, 2020). Através da análise de antigos tratados e buscando inovações na maneira de tratar o assunto, encontraram uma forma de elaborar um tratado que proíbe de uma vez por todas as armas nucleares, com base no impacto humanitário, na saúde e no meio ambiente que elas teriam caso fossem utilizadas em um conflito:

The humanitarian initiative argues that nuclear weapons are illegitimate because of the appalling humanitarian, health and environmental consequences of any use under any circumstances. The risk of nuclear violence posed by the continued existence, spread and modernisation of nuclear weapons has been framed as unacceptable and the purported security benefits of nuclear deterrence rejected. The initiative’s coalition of States is no longer prepared to accept the slow and open-ended “step-by-step” nuclear disarmament agenda endorsed by the nuclear-armed States and their formal allies. Their reaction borne out of frustration with the pace of disarmament is challenging the legitimacy of nuclear weapons based on the humanitarian consequences of their use. [[33]](#footnote-33) (RITCHIE, 2016, p. 53)

A relevância da Sociedade Civil se tornou tão grande que conseguiram auxiliar na construção do tratado em 2017, denominado de “Tratado de Proibição das Armas Nucleares”, o que rendeu o título de Prêmio Nobel da Paz em 2017 ao ICAN. A relevância da ICAN na formação do novo acordo é imensa, ela conseguiu unificar parte dos discursos já existentes e adicionar projetos para a eliminação das armas. Ademais, recentemente ela ainda ganhou o título de coordenadora da Sociedade Civil, tamanho seu impacto.

O tratado por trazer algo novo, que é a proibição completa não só dos armamentos, mas sim também dos testes e das pesquisas que não são voltadas para fins pacíficas, ainda apresenta bastante resistência por parte da maioria dos Estados. Porém, sua importância aumentou ao entrar em vigor no início desse, para mais de 50 países que o ratificaram e se tornaram livres de armas nucleares.

A estratégia por trás do TPAN é a de buscar novos caminhos para o desarmamento nuclear. Assim como atualmente seria inaceitável cogitar ideários outrora “aceitos” socialmente – a exemplo da escravidão e da prática da tortura – o fato de alguns Estados deterem armamentos que possuem o potencial de dizimar milhões de vidas simultaneamente e desestabilizar o clima global, promovendo fome em larga escala, também mereceria o tal estigma. O TPAN, portanto, possui esse propósito: desconstruir alguns preceitos aceitos como verdade absoluta relacionados às armas nucleares e promover o desarmamento, certificando-se de que nenhum outro Estado possa desenvolver essa tecnologia bélica. (VIEIRA; HORTA, 2021, n.p.)

É uma estratégia que visa a eliminação das armas nucleares ao mostrar ao mundo o quão danosa elas podem ser, é uma tentativa de deslegitimá-las a tal ponto que os Estados passem a rejeitá-las (GIBBONS, 2018). É uma nova abordagem, que além de tratar do impacto humanitário que as armas possuem, também buscaram pesquisas no impacto ambiental – inclusive em áreas livres de armas nucleares, as mudanças climáticas poderiam provocar a morte de milhões de pessoas – e também nos riscos que um uso acidental poderia proporcionar (GIBBONS, 2018).

É uma visão nova, que não necessita da interação direta dos Estados que possuem armas nucleares para que o tratado pudesse ser aprovado. Essa é justamente a intenção dos movimentos por trás do TPAN, ao verem que os NWS não avançavam em um tratado que baniriam as armas nucleares, buscam uma nova forma de tratar o assunto:

Many nuclear-possessor states and allies have disparaged the ban treaty, arguing that a treaty signed by only non-nuclear states will not eliminate a single nuclear weapon. Initially, this is true, but this criticism (perhaps purposely) ignores the strategy of the ban movement. The ban is an interim step, a means to an end. The members of the movement plan to use the treaty as a tool to pressure nuclear states and their allies. They will criticize what they see as the “illegal” behavior of the nuclear-armed states. (GIBBONS, 2018, p. 35)

Segundo Beatrice Fihn (2017) é uma forma de lançar um parâmetro ao mundo, tratando as armas nucleares como algo ilegal dentro do Sistema Internacional, e todos aqueles Estados que não agirem de acordo sofreram duras críticas. É uma visão de longo prazo, que aos poucos será implementada e tem por objetivo começar a mudar mentalidade existente (FIHN, 2017).

Toda e qualquer tentativa que contribua para o desarmamento nuclear deve ser muito bem-vinda. É um tema que ainda não existe um manual de como seguir. A Sociedade Civil com o apoio de diversos organismos conseguiu esse grande feito, e por isso faz parte essencial na construção de um futuro melhor, assim como os exemplos antes dados do multilateralismo, do esforço incansável da AIEA e do bilateralismo com o exemplo do Brasil e da Argentina, que preveniram o desenvolvimento de armas nucleares na América do Sul, além de consolidaram aqui o primeiro polo de Zona Livre de Armas Nucleares em zonas densamente povoadas.

O objetivo desse capítulo final foi explicar quais são os atores ou órgãos que trabalham de alguma forma para construir um mundo livre de Armas Nucleares, assegurando um futuro mais pacífico. Para isso foi apresentado diferentes vertentes, para o questionamento inicial, que auxiliam na elaboração de um controle maior das armas nucleares e quiçá um futuro livre delas. Para finalizar, são diversos os caminhos que auxiliam no desarmamento nuclear, e eles não são excludentes, muito pelo contrário, eles se apropriam dos sucessos e benefícios dos demais para se complementarem, como foi o caso do TNP e do TPAN, que são acordos que se complementam.

# Considerações Finais

Já se passaram mais de 70 anos desde que a primeira bomba foi usada em um conflito, e ainda que diferentes formas de abordagem tenham sido dadas ao assunto conforme foi tratado durante esse trabalho, nenhum acordo objetivando a destruição completa foi aceito por todos. Isso mostra que a pergunta de pesquisa, inicialmente proposta durante a introdução, questionando se existe algum caminho específico para o Desarmamento Nuclear, é respondida durante o texto, e a hipótese acaba por se confirmar.

Pois não há nenhum caminho efetivo e único até hoje, o que sim existe é uma construção ao longo das décadas, de diversos tratados e acordos internacionais, sejam de caráter bilateral ou multilateral, sempre aspirando a redução e a não proliferação das armas nucleares. É uma rota sim longa e lenta, mas a cada passo dado pelos atores envolvidos devem ser celebrados e encorajados. Haja visto que a alternativa não pode ser aceita de forma alguma, essas armas não podem e não deverão sempre existir, e a política mundial não pode ser norteada com base em princípios bélicos como foram os séculos anteriores. Isso é negar qualquer avanço científico que o mundo teve em centenas de anos.

Dessa forma, é preciso que os atores internacionais de maior relevância continuem com sua atuação e não desistam, pois aos poucos o Desarmamento Nuclear está sendo construído. Também é necessário a atuação de elos importante para pôr um fim a essa corrida armamentista, como é o caso da Corte Internacional de Justiça e da parcela menos “conservadora” dos NWS e que já afirmaram que estão abertos a negociações tendo em vista o desarmamento completo, como é o caso da China:

No Livro Branco de Defesa Nacional de 2010, a China reitera seu compromisso com a completa proibição das armas nucleares, assim como com sua destruição, e reforça a necessidade de um esforço internacional no mesmo sentido, inclusive com a criação de zonas livres em todas as regiões do mundo.30 Enfim, a China concatena, em sua política nuclear, a modernização das armas nucleares, a defesa da não proliferação e da destruição dessas armas e a atribuição de grande importância ao desenvolvimento do uso pacífico da energia nuclear. A crescente influência do país no cenário internacional torna suas decisões nessa área um elemento de atenção constante não apenas por parte de seus vizinhos, assim como por parte de países do mundo inteiro, em especial Estados Unidos. (HERZ; LAGE, 2011, p. 40)

Para finalizar, esse trabalho teve como objetivo abordar o máximo possível da construção do Desarmamento, através da análise e da citação dos caminhos elaborados até o presente momento, demonstrando que não existe um caminho único a ser seguido. O mundo já possui preocupações demais e recursos de menos, divididos de maneira extremamente assimétrica, portanto, isso não pode ser mais um foco de distanciamento entre os países. Haja visto que seriam as futuras gerações que vão arcar com os custos de uma próxima guerra, e segundo um pensador desconhecido, uma frase que se popularizou com Albert Einstein: “Não sei como será a terceira guerra mundial, mas sei como será a quarta: com pedras e paus.”, sendo assim, se tivesse uma terceira Guerra Mundial, em que a tecnologia nuclear fosse empregada, possivelmente não existiria uma próxima.

# REFERÊNCIAS

**ADVISORY OPINION OF 8 JULY 1996**. LEGALITY OF THE THREAT OR USE OF NUCLEAR WEAPONS. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/95/095-19960708-ADV-01-00-EN.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

**ADVISORY OPINION OF 8 JULY 1996.** LEGALITY OF THE USE BY A STATE OF NUCLEAR WEAPONS IN ARMED CONFLICT. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/93/093-19960708-ADV-01-00-EN.pdf>Acesso em: 10 abr. 2021.

AIEA. **Acuerdo de Salvaguardias en relación con el TNP con la República Islámica del Irán.** Informe del director general. 23 fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/21/03/gov2021-15\_sp.pdf> Acesso em: 28/04/2021

AIEA. **Application of Safeguards in the Democratic People's Republic of Korea.** Report by the Director General. 3 setembro 2020. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/gc/gc64-18.pdf> Acesso em: 01 maio 2021.

ALLISON, Graham. **Nuclear terrorism**: the ultimate preventable catastrophe. Nova Iorque: Henry Holt And Company, Llc, 2004.

AMORIM, Celso. Prefácio. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Modelo ABACC, Um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina.** Santa Maria: Ufsm, 2016. p. 1-243.

ARGÜELLO, Irma. NUEVAS DIMENSIONES DE LA COOPERACIÓN NUCLEAR BILATERAL ARGENTINA-BRASIL: EL FUTURO DE ABACC. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Modelo ABACC, Um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina.** Santa Maria: Ufsm, 2016. p. 1-243

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data.** Poverty headcount ratio at $1.90 a day.World Bank, 2015. Disponível em: < https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY> Acesso em: 17 mar. 2021.

BASTOS, Bruna. TERRORISMO NUCLEAR: O PERIGO DA CONTINUIDADE DA ERA NUCLEAR NO PANORAMA DOS MOVIMENTOS TERRORISTAS DO SÉCULO XXI. In: **ANAIS DA 15 SEMANA ACADÊMICA FADISMA**, 1., 2018,Santa Maria: Fadisma, 2018. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/terrorismo-nuclear-o-perigo-da-continuidade-da-era-nuclear-no-panorama-dos-movimentos-terroristas-do-seculo-xxi/> Acesso em: 26 abr. 2021.

BATISTA, Rafael Euclides Seidel. **A cooperação nuclear entre Brasil e Argentina: uma contribuição à construção de confiança nas relações bilaterais**. Revista Direito Sem Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu. Jul/Dez. 2018; v. 2 (5): 85-103.

BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário**. Brasília: Funag, 2011. Disponível em: < http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product\_id=226> Acesso em: 10 mar. 2021.

BLAIR, Bruce G.; BROWN, Matthew A. **Nuclear Weapons Cost Study**. Washington: Global Zero, 2011. Disponível em: <https://www.globalzero.org/wp-content/uploads/2020/01/GZ-Weapons-Cost-Global-Study.pdf.> Acesso em: 17 mar. 2021.

BÔAS FILHO, Orlando Villas. A GOVERNANÇA EM SUAS MÚLTIPLAS FORMAS DE EXPRESSÃO: O DELINEAMENTO CONCEITUAL DE UM FENÔMENO COMPLEXO. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, p. 670-706, 2016. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/download/64/120> Acesso em: 15 maio 2021.

BOSCIA, Stefan. Budget 2021: UK to spend extra £1.65bn on Covid vaccine rollout. **CityA.M..**Londres, p. 1-1. fev. 2021. Disponível em: <https://www.cityam.com/budget-2021-rishi-sunak-to-spend-extra-1-65bn-on-covid-vaccine-rollout/.> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; BIAZATTI, Bruno de Oliveira. OS ATOS UNILATERAIS À LUZ DA PRÁTICA ESTATAL E JUDICIAL INTERNACIONAIS. **Revista da Faculdade de Direito Ufmg**, Belo Horizonte, p. 271-310, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\_e\_divulgacao/doc\_biblioteca/bibli\_servicos\_produtos/bibli\_informativo/bibli\_inf\_2006/Rev-FD-UFMG\_69.11.pdf> Acesso em: 22 jun. 2021.

CARTA da Organização das Nações Unidas = United Nations Charter. 24 outubro 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm> Acesso em: 11 abr. 2021.

CICV. A Convenção sobre Munições Cluster: perguntas mais frequentes. 2009. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/cluster-munitions-questions-and-answers-130109.htm> Acesso em: 17 maio 2021.

CICV. **As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais**. 2010. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm> Acesso em: 11 abr. 2021.

CICV. **O que é o direito internacional humanitário?** 1998. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5tndf7.htm.> Acesso em: 11 abr. 2021.

CIRINCIONE, Joseph. **BOMB SCARE**: the history and future of nuclear weapons. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.

CONVENÇÃO para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio = Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. 12 janeiro 1951. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.1\_Convention%20on%20the%20Prevention%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Genocide.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

CRISTÓVÃO, Sara Albuquerque. **A Diplomacia no Nuclear e as limitações da Agência Internacional de Energia Atómica**. 2020. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19803> Acesso em: 23 maio 2021.

DALAQUA, Renata H. BRAZIL’S CONTRIBUTION TO NUCLEAR NON-PROLIFERATION AND DISARMAMENT: AN OVERVIEW OF BINATIONAL, REGIONAL AND GLOBAL EFFORTS. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Modelo ABACC, Um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina.** Santa Maria: Ufsm, 2016. p. 1-243.

DAMASO, Vinícius Correa. **Desarmamento e não proliferação nucleares: perspectivas da Defesa Nacional quanto ao Protocolo Adicional ao acordo de salvaguardas com a AIEA**. 2019. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialista em Altos Estudos em Defesa, Escola Superior de Guerra, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1081> Acesso em: 08 abr. 2021.

DAU, Claudio Gilberto Monteiro. **ENERGIA NUCLEAR: SEGURANÇA E REJEITOS RADIOATIVOS**. 2009. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito Ambiental, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/15087320-Universidade-candido-mendes-pos-graduacao-lato-sensu-projeto-a-vez-do-mestre.html> Acesso em: 12 mar. 2021.

DIPLOMÁTICO, Portal. **Conferência da Paz**. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-da-paz> Acesso em: 11 abr. 2021.

DOCHERTY, Bonnie. A ‘light for all humanity’: the treaty on the prohibition of nuclear weapons and the progress of humanitarian disarmament. **Global Change, Peace & Security.**Cambridge, p. 1-24. abr. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14781158.2018.1472075> Acesso em: 17 maio 2021.

DUARTE, S. Desarmamento nuclear. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 93–119, 2016. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/3.06\_Desarmamento.pdf> Acesso em: 12/03.

DUARTE, Sergio de Queiroz. Prefácio. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A Obrigação Universal de Desarmamento Nuclear**. Brasília: Funag, 2017. p. 1-240. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1185-a-obrigacao-universal-de-desarmamento-nuclear.pdf.> Acesso em: 20 abr. 2021.

DUARTE, Sergio de Queiroz. Segurança Internacional e Proliferação Nuclear. In: AMORIM, Celso. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Funag, 2006. p. 1-404. Disponível em: < http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product\_id=188&search=direito+a+vida> Acesso em: 12 mar. 2021.

DUARTE, Sérgio de Queiroz. Um mundo livre de armas nucleares: aspiração e realidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, p. 11-21, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril\_v57\_n225\_p11.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

DUARTE, Sergio de Queiroz. **Desarmamento e Temas Correlatos**. Brasília: Funag, 2014. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product\_id=555> Acesso em: 10 mar. 2021.

EJZENBERG, Wolf. **Desarmamento nuclear**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-10092015-163652/pt-br.php> Acesso em: 12 mar. 2021.

ELBARADEI, Mohamed. **A era da ilusão**: diplomacia nuclear em tempos traiçoeiros. São Paulo: Leya, 2011.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1953-1961: Dwight D. Eisenhower). Atoms for Peace. Nova Iorque, 08 dez. 1953. Disponível em: <https://www.eisenhowerlibrary.gov/sites/default/files/file/atoms\_for\_peace.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.

ESTATUTO da AIEA = IAEA statute. 29 julho 1957. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/statute.pdf.> Acesso em: 10 abr. 2021.

FERGUSON, Charles D. *et al*. **The Four Faces of Nuclear Terrorism**. Monterey: Monterey Institute Of International Studies, 2004.

FONSECA, Leandro Dalalibera. **A AIEA - AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA E A EFETIVIDADE DE SUAS MEDIDAS NO CUMPRIMENTO DOS DISPOSITIVOS DO TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO.** 2012. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ufpr, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31692> Acesso em: 20 maio 2021.

GEIGER, Luana Margarete. **A POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA: DISSUASÃO, NACIONALISMO E RELAÇÕES REGIONAIS**. 2018. 47 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ufrgs, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180927> Acesso em: 01 maio 2021.

GIBBONS, Rebecca Davis. The humanitarian turn in nuclear disarmament and the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons. **The Nonproliferation Review.**Online, p. 11-36. jul. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10736700.2018.1486960> Acesso em: 18 jul. 2021.

GIL, Enrique Arias. EL FUTURO DEL TERRORISMO NUCLEAR EN LA TÁCTICA DE LOS ACTORES INDIVIDUALES. **Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos**, [*s. l*], p. 49-76, 2018. Disponível em: <https://revista.ieee.es/article/download/746/1366> Acesso em: 26 abr. 2021.

GODELUCK, Solveig; FICEK, Isabelle. Covid: les vaccins coûteront plus de 3 milliards d'euros à la Sécurité sociale en 2021. **Lesechos.**Paris, fev. 2021. Disponível em: <https://www.lesechos.fr/economie-france/social/covid-les-vaccins-couteront-plus-de-3-milliards-deuros-a-la-securite-sociale-en-2021-1287367.> Acesso em: 17 mar. 2021.

GONÇALVES, Alcindo. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano**, Santos, p. 40-45, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4296> Acesso em: 15 maio 2021.

HEINONEN, Olli. **IAEA MECHANISMS TO ENSURE COMPLIANCE WITH NPT SAFEGUARDS**. Genebra: Unidir, 2020. Disponível em: <https://unidir.org/publication/iaea-mechanisms-ensure-compliance-npt-safeguards> Acesso em: 21 maio 2021.

HERZ, Monica; LAGE, Victor Coutinho. BRICS e Questão Nuclear: Contestações e Rearfirmações diante dos Mecanismos de Governança Global. **Carta Internacional**, [*s. l*], p. 31-54, 2011. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/37> Acesso em: 22 maio 2021.

HIBBS, Mark. **The IAEA Additional Protocol after the 2010 NPT Review Status and Prospects**. Genebra: Unidir, 2012. Disponível em: <https://www.unidir.org/files/publications/pdfs/the-iaea-additional-protocol-after-the-2010-npt-review-status-and-prospects-en-373.pdf> Acesso em: 20 maio 2021.

HORTA, Pedro Henrique Melchior Nunes da. O DESENVOLVIMENTO DE UMA ABORDAGEM HUMANITÁRIA NA REQUISIÇÃO DE UM MUNDO SEM ARMAS NUCLEARES. **Revista de Estudos Internacionais**, Foz do Iguaçu, p. 4-31, 2020. Disponível em: <https://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/523> Acesso em: 18 maio 2021.

HORTA, Pedro Henrique Melchior Nunes da. **Desarmamento Humanitário na agenda da Sociedade Civil Global**: uma nova abordagem para proibir as armas nucleares. 2020. 105 f. TCC (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais e Integração, Unila, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5876> Acesso em: 16 maio 2021.

INB. **Além do Brasil, quantos países dominam a tecnologia de enriquecimento de urânio?** Disponível em: <http://www.inb.gov.br/Contato/Perguntas-Frequentes/Pergunta/Conteudo/quantos-pa%C3%ADses-dominam-a-tecnologia-de-enriquecimento-de-uranio?Origem=1068#:~:text=A%20comunidade%20nuclear%20mundial%20reconhece,%2C%20%C3%8Dndia%2C%20Paquist%C3%A3o%20e%20Ir%C3%A3>. Acesso em: 12 mar. 2021.

INB. **Ciclo do combustível nuclear**. Disponível em: https://www.inb.gov.br/Nossas-Atividades/Ciclo-do-combustivel-nuclear. Acesso em: 12 mar. 2021.

INFOGRAPHIES. **Covid-19 : morts, hospitalisations, vaccins... Suivez l’évolution de l'épidémie en France et dans le monde**. Disponível em: <https://www.francetvinfo.fr/sante/maladie/coronavirus/infographies-covid-19-morts-hospitalisations-age-malades-l-evolution-de-l-epidemie-en-france-et-dans-le-monde-en-cartes-et-graphiques.html.> Acesso em: 17 mar. 2021.

JOYNER, Daniel H.. **IRAN’S NUCLEAR PROGRAM AND INTERNATIONAL LAW**: from confrontation to accord. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

**JUDGMENT OF 5 OCTOBER 2016**. OBLIGATIONS CONCERNING NEGOTIATIONS RELATING TO CESSATION OF THE NUCLEAR ARMS RACE AND TO NUCLEAR DISARMAMENT. (MARSHALL ISLANDS v. PAKISTAN). Disponível em: < https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/159/159-20161005-JUD-01-00-EN.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

**JUDGMENT OF 5 OCTOBER 2016**. OBLIGATIONS CONCERNING NEGOTIATIONS RELATING TO CESSATION OF THE NUCLEAR ARMS RACE AND TO NUCLEAR DISARMAMENT. (MARSHALL ISLANDS v. INDIA). Disponível em: < https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/158/158-20161005-JUD-01-00-EN.pdf > Acesso em: 11 abr. 2021.

**JUDGMENT OF 5 OCTOBER 2016**. OBLIGATIONS CONCERNING NEGOTIATIONS RELATING TO CESSATION OF THE NUCLEAR ARMS RACE AND TO NUCLEAR DISARMAMENT. (MARSHALL ISLANDS v. UNITED KINGDOM). Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/160/160-20161005-JUD-01-00-EN.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

LAFER, Celso. **Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos: reflexões sobre uma experiência diplomática.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Com%C3%A9rcio\_Desarmamento\_Direitos\_Humanos.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

LAMAZIÈRE, Georges. Desarmamento Nuclear e Hegemonia - em busca de um Novo Paradigma. In: O BRASIL E AS NOVAS DIMENSÕES DA SEGURANÇA INTERNACIONAL, 1., 1998. São Paulo: Iea, 1998. p. 1-12.

LUISA, Ingrid. **Hitler não possuía 1, mas 664 Tesseracts nucleares feitos de urânio**. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/hitler-nao-possuia-1-mas-664-tesseracts-nucleares-feitos-de-uranio/.> Acesso em: 11 mar. 2021.

MALLEA, Rodrigo. EL DILEMA NUCLEAR QUE CONDUJO A LA CREACIÓN DE LA ABACC. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Modelo ABACC, Um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina.** Santa Maria: Ufsm, 2016. p. 1-243.

MIZUTA, Karen Katarine. **ROGUE STATE E ARMAS NUCLEARES: RACIONALIDADE DOS ATORES NA AQUISIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES NO PÓS-GUERRA FRIA**. 2013. 63 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Usp, São Paulo, 2013. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-04122013-134120/pt-br.php> Acesso em: 28 abr. 2021.

MORGENTHAU, Hans J.. **A POLÍTICA ENTRE - AS NAÇÕES**: a luta pelo poder e pela paz. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1948.

**NUCLEAR TESTS CASES (Australia v. France).** JUDGMENT OF 20 DECEMBER 1974. Disponível em: < https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/58/058-19741220-JUD-01-00-EN.pdf>Acesso em: 10 abr. 2021.

**NUCLEAR TESTS CASES (New Zealand v. France).** JUDGMENT OF 20 DECEMBER 1974. Disponível em: < https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/59/059-19741220-JUD-01-00-EN.pdf>Acesso em: 10 abr. 2021.

**NUCLEAR TESTS CASES (New Zealand v. France).** PLEADINGS, ORAL ARGUMENTS, DOCUMENTS. CASE 59. 9 maio 1973. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/59/9447.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PATTI, Carlo. AS ORIGENS ESQUECIDAS DA ABACC? A PROPOSTA FINDLEY PARA ESTABELECER UM SISTEMA DE CONFIANÇA MÚTUA ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA ÁREA NUCLEAR (1977). In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Modelo ABACC, Um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina.** Santa Maria: Ufsm, 2016. p. 1-243.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. DIREITO INTERNACIONAL E ARMAS NUCLEARES. **Revista da Faculdade de Direito da Uerj**, Rio de Janeiro, p. 302-326, dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/download/48339/32277> Acesso em: 11 mar. 2021.

PEROSA, Edson José. O Brasil, a AIEA e o Regime de Não Proliferação Nuclear (1957-2014): entre a cooperação e a desconfiança. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, p. 84-93, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/24998> Acesso em: 22 maio 2021.

PINKER, Steven. **Os anjos bons da nossa natureza**: Por que a violência diminuiu. Tradução de Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PLANT, Thomas; RHODE, Ben. China, North Korea and the Spread of Nuclear Weapons. **Survival: Global Politics And Strategy**, [*s. l*], p. 61-80, abr. 2013.

PLUM, Mariana Oliveira do Nascimento. O PAPEL DA ABACC NA GOVERNANÇA NUCLEAR GLOBAL. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Modelo ABACC, Um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina.** Santa Maria: Ufsm, 2016. p. 1-243.

**REQUEST FOR ADVISORY OPINION**. LEGALITY OF THE THREAT OR USE OF NUCLEAR WEAPONS. 15 dezembro 1994. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/95/7646.pdf > Acesso em: 10 abr. 2021.

**REQUEST FOR ADVISORY OPINION.** LEGALITY OF THE USE BY A STATE OF NUCLEAR WEAPONS IN ARMED CONFLICT. 14 maio 1993. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/public/files/case-related/93/7648.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

RITCHIE, Nick. Delegitimising nuclear violence. In: UNODA. **CIVIL SOCIETY AND DISARMAMENT 2016**. Nova Iorque: United Nations, 2016. p. 1-88. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/publications/civilsociety/volume-2016/> Acesso em: 18 maio 2021.

SANTIAGO, André. **Efeitos da Radiação no Corpo Humano**. 2018. Disponível em: <https://radioprotecaonapratica.com.br/efeitos-da-radiacao-no-corpo-humano/#:~:text=A%20radia%C3%A7%C3%A3o%20pode%20provocar%20basicamente,a%20exposi%C3%A7%C3%A3o%20prolongada%20ao%20sol> Acesso em: 10 mar. 2021.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Magno Souza. **A OBRIGAÇÃO INTERNACIONAL DE DESARMAMENTO NUCLEAR**. 2017. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7879/1/TCC\_Magno\_Souza\_Silva.pdf> Acesso em: 08 abr. 2021.

SIPRI Yearbook 2020. Solna: **Oxford University Press**, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/YB20%2010%20WNF.pdf.> Acesso em: 17 mar. 2021.

SLEIGHT, Jessica. **A Call to Rethink Priorities**. 2020. Disponível em: <https://www.globalzero.org/updates/a-call-to-rethink-priorities/> Acesso em: 17 mar. 2021.

THAKUR, Ramesh. **Nuclear Weapons and International Security**. Nova Iorque: Routledge, 2015.

THE BULLETIN. **Doomsday Clock**. 2021. Disponível em: <https://thebulletin.org/doomsday-clock/> Acesso em: 22 jun. 2021.

TRATADO da Antártica = Antarctic Treaty. 23 junho 1961. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO da Lua = Agreement Governing the Activities of States on the Moon and Other Celestial Bodies. 11 julho 1984. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Bangkok = Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-FreeZone. 27 março 1997. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Interdição Completa de Ensaios Nucleares = Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty. 24 setembro 1996. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Não Proliferação de Armas Nucleares = Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons.5 março 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/d2864.htm > Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Pelindaba = African Nuclear Weapon-Free Zone Treaty. 15 julho 2009. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Proibição Parcial de Ensaios Nucleares = Treaty Banning Nuclear Weapon Tests in the Atmosphere, in Outer Space and Under Water. 10 outubro 1963 Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Rarotonga = South Pacific Nuclear Free Zone Treaty. 11 dezembro 1986. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Semipalatinsk = Treaty on a Nuclear-Weapon-Free Zone in Central Asia. 21 março 2009. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO de Tlatelolco = Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean. 14 fevereiro 1967. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO do Espaço Sideral = Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies. 10 outubro 1967. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf.> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destruição em Massa no Leito do Mar e no Fundo do Oceano = Treaty on the Prohibition of the Emplacement of Nuclear Weapons and Other Weapons of Mass Destruction on the Sea-Bed and the Ocean Floor and in the Subsoil Thereof. 18 maio 1972. Disponível em: <https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/assets/publications/more/treaties/disarmament-treaties.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRATADO sobre a Proibição de Armas Nucleares = Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons. 7 julho 2017. Disponível em: <http://undocs.org/A/CONF.229/2017/8> Acesso em: 10 abr. 2021.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A Obrigação Universal de Desarmamento Nuclear**. Brasília: Funag, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1185-a-obrigacao-universal-de-desarmamento-nuclear.pdf.> Acesso em: 20 abr. 2021.

VIEIRA, Gustavo Oliveira. 2015. **Constitucionalismo na Mundialização:** Desafios e Perspectivas da Democracia e dos Direitos Humanos. Coleção direitos humanos e democracia. Ijuí: ed. Unijuí.

VIEIRA, Gustavo Oliveira; HORTA, Pedro Henrique Melchior Nunes da. Novo tratado sobre a proibição de armas nucleares. 2021. **Le monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/novo-tratado-sobre-a-proibicao-de-armas-nucleares/.> Acesso em: 18 maio 2021.

WITTMANN, Cristian Ricardo; VIEIRA, Gustavo Oliveira. O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E A LIMITAÇÃO DOS MEIOS DE GUERRA À PROTEÇÃO DOS CIVIS: PERSPECTIVAS À ILEGALIDADE DAS BOMBAS CLUSTER: a ilegalidade das bombas cluster a partir dos princípios do dih. In: VIEIRA, Gustavo Oliveira; SITO, Santiago Artur Berger (org.). **O TRATADO PARA BANIR AS BOMBAS CLUSTERS E A POSIÇÃO BRASILEIRA**: para qualificar o debate nacional. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2010. p. 1-168. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337855067\_O\_TRATADO\_PARA\_BANIR\_AS\_BOMBAS\_CLUSTERS\_E\_A\_POSICAO\_BRASILEIRA\_Para\_qualificar\_o\_debate\_nacional> Acesso em: 10 abr. 2021.

WORLD FUTURE COUNCIL (Suíça). **Nuclear-Weapon-Free Zones and Regional Security in the Middle East, North-East Asia and Europe**. 2016. Disponível em: <https://www.worldfuturecouncil.org/nuclear-weapon-free-zones-regional-security-middle-east-north-east-asia-europe/> Acesso em: 11 abr. 2021.

ZAKRE, Alicia Sanders. **ENOUGH IS ENOUGH: 2019 GLOBAL NUCLEAR WEAPONS SPENDING**. Genebra: Ican, 2020. Disponível em: <https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/ican/pages/1549/attachments/original/1589365383/ICAN-Enough-is-Enough-Global-Nuclear-Weapons-Spending-2020-published-13052020.pdf?1589365383.> Acesso em: 17 mar. 2021.

ARCHER, Colin *et al*. **Move the nuclear weapons money**. Alemanha: Ipb, Pnnd & Wfc, 2016. Disponível em: <http://www.nuclearweaponsmoney.org/wp-content/uploads/2018/04/Move-the-Nuclear-Weapons-Money.pdf.> Acesso em: 17 mar. 2021.

BLAKEMORE, Erin. **Desastre de Chernobyl: o que aconteceu e os impactos a longo prazo**. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/2019/06/o-que-aconteceu-desastre-chernobyl-uniao-sovietica-ucrania-energia-nuclear> Acesso em: 10 mar. 2021.

CARACTERÍSTICAS e efeitos das bombas atômicas lançadas no Japão. Disponível em: <https://www.ofitexto.com.br/comunitexto/caracteristicas-e-efeitos-das-bombas-atomicas-lancadas-no-japao/> Acesso em: 10 mar. 2021.

G1. **Ataque químico deixa dezenas de mortos na Síria, dizem ONGs; governo Assad nega**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ataque-quimico-na-siria-deixa-dezenas-de-mortos-dizem-ongs-governo-assad-nega-autoria.ghtml> Acesso em: 10 mar. 2021.

GLOBO, O. **A dois dias de expirar, EUA e Rússia anunciam extensão do tratado nuclear Novo Start**. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/a-dois-dias-de-expirar-eua-russia-anunciam-extensao-do-tratado-nuclear-novo-start-24867289> Acesso em: 10 mar. 2021.

**O QUE É GENOCÍDIO?** Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide> Acesso em: 10 mar. 2021.

SATIE, Anna; OTOBONI, Jéssica. Temperatura, doses e preço: o que se sabe sobre a vacina de Pfizer. **Cnn Brasil.**São Paulo, dez. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/12/02/temperatura-doses-e-preco-o-que-se-sabe-sobre-a-vacina-de-pfizer.> Acesso em: 17 mar. 2021.

SIPRI. **Global nuclear weapons: downsizing but modernizing**. 2016. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2016/global-nuclear-weapons-downsizing-modernizing.> Acesso em: 16 mar. 2021

KHAN, Saira.**Iran and Nuclear Weapons.** Nova Iorque: Routledge, 2010.

1. “Hoje, o estoque de armas atômicas dos Estados Unidos, que, é claro, aumenta a cada dia, excede em muitas vezes a quantidade equivalente de explosivos de todas as bombas e projéteis que vieram de todos os aviões e canhões de todos os teatros da guerra durante todos os anos da Segunda Guerra Mundial.

   Um único grupo aéreo, seja ele flutuante ou terrestre, pode agora entregar a qualquer alvo alcançável uma carga destrutiva que excede em poder todas as bombas que caíram sobre a Grã-Bretanha em toda a Segunda Guerra Mundial.” (Tradução nossa) [↑](#footnote-ref-1)
2. “Os gastos mundiais com armas nucleares superam US $ 1 trilhão por década” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-2)
3. “Valores em bilhões de dólares americanos. Os custos básicos referem-se à pesquisa, desenvolvimento, aquisição, teste, operação, manutenção e atualização do arsenal nuclear (armas e seus veículos de entrega) e sua chave nuclear de comunicações-comando-controle além da infraestrutura de alerta precoce” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-3)
4. “Basta é basta: Gastos com armas nucleares mundiais em 2019” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-4)
5. “Essas estimativas (arredondadas para uma casa decimal) incluem ogiva nuclear e custos operacionais de sistemas de entrega com capacidade nuclear e desenvolvimento, onde essas despesas estão publicamente disponíveis e são baseadas em uma porcentagem razoável do total de gastos militares com armas nucleares quando dados orçamentários mais detalhados não estão disponíveis” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-5)
6. “No entanto, as negociações da UE-3 acabariam por fracassar, porque o Irã e a UE-3 não conseguiram chegar a um acordo sobre arranjos os de longo prazo. Em março de 2005, o Irã apresentou uma proposta à UE-3 que propunha permitir ao Irã resumir algumas de suas atividades de enriquecimento de urânio sob monitoramento próximo, juntamente com incentivos de tecnologia ocidental e acordos comerciais. A UE-3 demorou significativamente para responder a essa proposta, e quando finalmente apresentou uma proposta a Teerã em agosto de 2005, a proposta continha apenas uma linguagem vaga e nenhuma garantia de que o Irã não seria atacado, mas pedia que o Irã eliminasse totalmente suas instalações nucleares. O Irã rejeitou a proposta de agosto da UE-3” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-6)
7. “Em 27 de agosto de 2007, Olli Heinonen, então diretor-geral adjunto de salvaguardas da AIEA, anunciou que havia chegado a um acordo com o Irã pelo qual o Irã resolveria todas as questões de inspeções restantes em um período de três meses” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-7)
8. “Neste acordo provisório, o Irã concordou em cessar o enriquecimento de urânio acima de 5 por cento de U235. Também concordou em não instalar novas centrífugas, dar início em qualquer uma que ainda não esteja em operação ou construir novas instalações de enriquecimento. O Irã também concordou em interromper os trabalhos em seu reator de água pesada e permitir os inspetores da ONU a acessam diariamente as suas instalações.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-8)
9. “As empresas comerciais estaduais norte-coreanas têm uma longa história de venda de todas as mercadorias que podem para quem quer que pague por elas. Essas vendas incluem armas convencionais, produtos farmacêuticos falsificados, narcóticos, moeda falsificada, mísseis balísticos e uma grande variedade de outros produtos ilícitos. Pyongyang também vendeu tecnologia usada no desenvolvimento de armas nucleares em pelo menos duas ocasiões: o hexafluoreto de urânio ligeiramente enriquecido para a Líbia (junto com matéria-prima de hexafluoreto de urânio não enriquecido) e tecnologia de reator e talvez outro material e infraestrutura para a Síria.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-9)
10. “As atividades nucleares da RPDC continuam sendo motivo de sérias preocupações. A continuação do programa nuclear da RPDC é uma violação clara das resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU e é profundamente lamentável” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-10)
11. “• O roubo e detonação de uma arma nuclear intacta

    • O roubo ou compra de material físsil levando à fabricação e detonação de uma arma nuclear bruta - um dispositivo nuclear improvisado (IND)

    • Ataques e sabotagem de instalações nucleares, em particular usinas nucleares, causando a liberação de grandes quantidades de radioatividade

    • A aquisição não autorizada de materiais radioativos que contribuem para a fabricação e detonação de um dispositivo de dispersão radiológica (RDD) - uma “bomba suja” - ou dispositivo de emissão de radiação (RED).” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-11)
12. “Tecnicamente, é possível aos terroristas empregar qualquer uma das centenas de modelos de cerca de 20 mil bombas nucleares no inventário global. Realisticamente, os terroristas nucleares são mais propensos a usar uma pequena arma roubada do arsenal de um dos estados nucleares, ou uma bomba nuclear elementar feita de materiais ou materiais altamente enriquecidos roubados ...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-12)
13. “POR QUE VOCÊ usa um machado quando pode usar uma escavadeira? "Essa foi a pergunta de Osama Bin Laden em 1996 para Khalid Sheikh Mohammed, o principal planejador do que se tornou o mais mortal ataque à pátria americana na história do país. Mohammed está agora sob custódia americana, o líder da Al Qaeda de mais alto escalão capturado até o momento na guerra contra o terrorismo. Ele disse aos interrogadores que o "machado" a que Bin Laden se referia era sua proposta de fretar um pequeno avião, enchê-lo de explosivos e cair para o quartel-general da CIA em Langley, Virgínia. Bin Laden o mandou de volta à prancheta com o encargo de inventar um golpe mais dramático e devastador contra o "odiado inimigo".” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-13)
14. “Buscando conseguir a suspensão de todos os testes de explosões de armas nucleares para sempre, decidido a continuar as negociações para esse fim, e desejando acabar com a contaminação do meio ambiente causado pelo homem por substâncias radioativas...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-14)
15. “Cada uma das Partes do Tratado compromete-se a prosseguir negociações de boa-fé sobre medidas eficazes relativas à cessação da corrida armamentista nuclear em uma data mais rápida e ao desarmamento nuclear, e sobre um tratado de desarmamento universal e completo sob um controle internacional estrito e eficaz.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-15)
16. “Considerando que a existência de armas nucleares e seu desenvolvimento contínuo representam sérios perigos para a humanidade...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-16)
17. “Saudando o progresso feito na proibição e eliminação de armas de destruição em massa, em particular a conclusão da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Toxinas e sobre sua destruição e a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Uso de Armas Químicas e sobre sua Destruição...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-17)
18. “Não existe no direito internacional consuetudinário nem convencional qualquer autorização específica sobre a ameaça ou uso de armas nucleares” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-18)
19. “Não existe no direito internacional consuetudinário ou convencional qualquer proibição abrangente e universal sobre a ameaça ou uso de armas nucleares como tal” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-19)
20. “Decorre dos requisitos acima mencionados que a ameaça ou o uso de armas nucleares seria geralmente contrário às regras do direito internacional aplicáveis em conflitos armados e, em particular, aos princípios e regras do direito humanitário;

    No entanto, tendo em vista o estado atual do direito internacional e os elementos de fato à sua disposição, a Corte não pode concluir definitivamente se a ameaça ou o uso de armas nucleares seria lícito ou ilícito em uma circunstância extrema de legítima defesa, em que a própria sobrevivência de um Estado estaria em jogo.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-20)
21. “Existe a obrigação de prosseguir de boa fé e concluir negociações que levem ao desarmamento nuclear em todos os seus aspectos sob um controle internacional estrito e eficaz.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-21)
22. “A Corte, por nove votos a sete, sustenta a objeção à jurisdição levantada pelo Paquistão, com base na ausência de uma disputa entre as partes...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-22)
23. “O Tribunal, por nove votos a sete, sustenta a objeção à jurisdição levantada pela Índia, com base na ausência de uma disputa entre as partes...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-23)
24. “O Tribunal, por oito votos a oito, pelo voto de qualidade do Presidente, mantém a primeira objeção preliminar à jurisdição levantada pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, com base na ausência de uma disputa entre as partes...” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-24)
25. “Há um curso consistente de condutas distintas das duas partes em conflito. Isso é seguido por uma reclamação, quanto ao mérito do assunto em questão. Isso é suficiente para que uma disputa se cristalize; nada mais é necessário. As subsequentes alegações do Reino Unido perante a CIJ confirmam a oposição de visões jurídicas: basta mencionar que o Reino Unido afirmou que as alegações apresentadas pelas Ilhas Marshall são "manifestamente infundadas quanto ao mérito": esta é uma oposição clara a reinvindicação das Ilhas Marshall. Já existia uma controvérsia na data de apresentação da demanda no *cas d’espèce*, e os argumentos subsequentes das partes perante o Tribunal o confirmam.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-25)
26. “Deve-se ter em mente que a Carta das Nações Unidas foi adotada em 26.06.1945 em nome de “nós, os povos das Nações Unidas”. Em várias disposições, ela expressa sua preocupação com as condições de vida de todos os povos (preâmbulo, artigos 55, 73 (a), 76, 80) e apela à promoção e ao respeito universal pelos direitos humanos (artigos 55 (c), 62 (2), 68, 76 (c)). Invoca os “princípios da justiça e do direito internacional” (Artigo 1 (1), e refere-se à “justiça e respeito pelas obrigações decorrentes dos tratados e de outras fontes do direito internacional” (preâmbulo). Afirma ainda que o Estatuto do CIJ, “o principal órgão judicial das Nações Unidas”, é “parte integrante” da própria Carta das Nações Unidas (Artigo 92).” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-26)
27. “Um pequeno grupo de Estados - como o NWS - não pode ignorar ou minimizar aquelas resoluções reiteradas, prorrogadas no tempo, simplesmente porque votaram contra elas ou se abstiveram. Uma vez adotados, elas são válidas para todos os Estados membros da ONU. São resoluções da própria Organização das Nações Unidas, e não apenas da grande maioria dos Estados membros da ONU que votaram a favor delas. As resoluções da Assembleia Geral da ONU, que tratam reiteradamente de questões de interesse para a humanidade como um todo (como as armas nucleares existentes), são, em minha opinião, dotadas de valor normativo. Elas não podem ser consideradas apropriadamente de uma perspectiva voluntarista do Estado; elas clamam por outra abordagem, longe da estrita abordagem voluntarista-positivista.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-27)
28. “Muitas vezes, o maior obstáculo para resolver um problema é se convencer de que uma solução é possível. Em uma época em que existe um tremendo pessimismo nuclear no mundo, é encorajador perceber que também há muitas boas notícias.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-28)
29. “A governança global consiste em arranjos formais e informais que fornecem mais ordem e estabilidade do que ocorreria de outra forma. O conteúdo da governança global abrange a totalidade das leis, normas, políticas e instituições que definem, constituem e medeiam as relações entre cidadãos, sociedades, mercados e Estados no sistema internacional - os detentores e objetos do exercício do poder público internacional.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-29)
30. “É importante notar que a AIEA não tem autoridade nem meios para prevenir fisicamente o desvio de material ou o uso indevido de equipamento. Consequentemente, a principal ferramenta para lidar com o descumprimento é o relato desse descumprimento aos Estados membros da AIEA, ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral. Este mecanismo de relatório garante que a comunidade internacional possa tomar as ações corretivas consideradas apropriadas.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-30)
31. “Mais de duas décadas se passaram desde o estabelecimento do sistema bilateral e do Acordo Quadripartite e esses arranjos permanecem sólidos. Ao longo dos anos, a ABACC e a AIEA conseguiram demonstrar com credibilidade que o material nuclear em ambos os países não é usado para a produção de armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos. Além de evitar a proliferação nuclear, as medidas de salvaguarda e as atividades de verificação conduzidas pelas duas organizações são relevantes para o desarmamento. Afinal, sistemas de salvaguarda confiáveis ​​ajudam a criar um ambiente propício à cooperação em reduções nucleares e desarmamento.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-31)
32. “Ao aplicar uma abordagem centrada nas pessoas para o desarmamento, o Tratado de Banimento das Minas Terrestres revolucionou o campo. A sua adoção demonstrou o poder da ‘diplomacia cidadã’; sob os auspícios da Campanha Internacional para Banir as Minas Terrestres (ICBL), uma coalizão global da sociedade civil, ‘pessoas comuns [fizeram] coisas extraordinárias.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-32)
33. “A iniciativa humanitária argumenta que as armas nucleares são ilegítimas por causa das terríveis consequências humanitárias, de saúde e ambientais de qualquer uso em quaisquer circunstâncias. O risco da violência nuclear representado pela existência contínua, disseminação e modernização das armas nucleares foi considerado inaceitável e os supostos benefícios de segurança da dissuasão nuclear foram rejeitados. A coalizão de Estados da iniciativa não está mais preparada para aceitar a agenda de desarmamento nuclear "passo a passo" lenta e aberta endossada pelos Estados com armas nucleares e seus aliados formais. Sua reação nascida da frustração com o ritmo do desarmamento está desafiando a legitimidade das armas nucleares com base nas consequências humanitárias de seu uso.” (tradução nossa) [↑](#footnote-ref-33)